PROJETO BÁSICO

Contratação de serviço SaaS (Software as a Service) para operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto 10.188 de 20 de dezembro de 2019.

- *considerando que a compensação previdenciária, disciplinada pela Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e pelo Decreto nº 10.188, de 2019, é uma importante fonte de receita dos regimes previdenciários, contribuindo para a promoção do seu equilíbrio financeiro e atuarial;*

- *considerando que a atividade de compensação previdenciária não se trata de um serviço com alto grau de complexidade e especialização, mas de atividade finalística e rotineira dos regimes próprios de previdência social, assim como a concessão dos benefícios;*

- ***considerando que foi disponibilizado pela Secretaria de Previdência, nos termos do artigo 11 do Decreto º 10.188, de 2019, o novo sistema COMPREV, desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência -DATAPREV, que tornará o processo de formalização e análise dos requerimentos de compensação previdenciária mais amigável, transparente e célere;***

- ***considerando que o sistema de compensação previdenciária adota procedimentos padronizados previstos no Decreto nº 10.188, de 2019, para análise de todos os requerimentos formalizados, como a adoção das análises por ordem cronológica, não sendo possível a análise de requerimentos fora desta ordem;***

- *considerando o estabelecimento de prazo para a análise dos requerimentos, sob pena de incidência de juros e multa, conforme art. 4º da Portaria SEPRT nº 15.829, de 2 de julho de 2020;*

- ***considerando que a Secretaria de Previdência, o Instituto Nacional do Seguro Social -INSS e a DATAPREV, em parceria com entidades representativas dos RPPS, têm realizado eventos de capacitação e treinamentos para os servidores dos entes federativos sobre o novo sistema COMPREV;***

- *considerando que os Tribunais de Contas têm julgado irregulares as contratações de empresas de consultoria para a operacionalização da compensação previdenciária, sob o fundamento de burla ao dispositivo constitucional do concurso público (art. 37, II da Constituição Federal), orientando a utilização de servidores públicos e a* ***observância das orientações disponíveis no site da Secretaria de Previdência para utilização do COMPREV;*** *e*

- *considerando que o § 2º do art. 15 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, veda a contratação de consultoria que, de forma direta ou indireta, tenha o valor contratual definido por parcela, fração ou percentual, situação verificada em especial na celebração de "contratos de resultado", cujo*

critério de remuneração é estabelecido em percentual do valor da compensação recebida;

(BRASIL. Recomendação CNRPPS/ME nº 1, de 15 de março de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 51, 17 março 2021. Seção I, p.60. Disponível em < https://in.gov.br/web/dou/-/recomendacao-cnrpps/me-n-1-de-15-de-marco-de-2021-308985174>. Grifos nossos)

Atualmente, conforme dados extraídos do Indicador de Situação Previdenciária – ISP publicado no exercício de 2021, este **INSTITUTO PREVIDENCIARIO SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PIUM - PIUMPREV** possui 253 segurados e beneficiários vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, se enquadrando, portanto, nas condições que o obrigam a realizar a compensação financeira prevista na Lei 9796/1999 e regulamentada pelo Decreto 10.188/2019.

Depreende-se pelo exposto que a contratação objeto deste Projeto Básico se configura como uma imprescindível necessidade para viabilizar o tempestivo cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares aos quais se sujeita este **INSTITUTO PREVIDENCIARIO SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PIUM - PIUMPREV** e evitar as sanções impostas pelo seu descumprimento.

3.1 Alinhamento Estratégico

A contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico do **INSTITUTO PREVIDENCIARIO SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PIUM - PIUMPREV** para o ano de 202.

4 Especificação dos Requisitos da Contratação

Em consonância com o Art. 10º do Decreto 10.188/2019, a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia atuou para disponibilizar sistema de compensação previdenciária destinado a manter atualizado o cadastro de todos os benefícios objeto de compensação financeira e a apurar o montante devido pelos regimes. Complementarmente, conforme disposto no Inciso VI do Art. 18º do Decreto 10.188/2019, compete ao Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social participar da definição e acompanhar o desenvolvimento de sistemas relativos aos RPPS e à compensação previdenciária.

Neste sentido, conforme citado no Ofício Circular SEI nº 4114/2020/ME da SEPTR/ME, já em final de 2020 a Secretaria de Previdência informou que vinha atuando junto com o INSS e representantes de entes federativos na especificação, desenvolvimento e homologação de um novo sistema para compensação previdenciária prevista no § 9º do art. 201, da Constituição Federal e na Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999. Reforçou ainda que este novo sistema possibilitaria dar continuidade à melhoria dos processos e procedimentos da compensação previdenciária, iniciada com a edição do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

Neste sentido, os requisitos do serviço objeto da presente contratação seguem as definições estabelecidas conforme exposto acima, sendo possível contudo indicar algumas funcionalidades essenciais já apresentadas pelos envolvidos, transcritas a seguir:

4.1 Composição do Serviço

Dentre as funcionalidades do COMPREV, é possível destacar as mais relevantes, descritas abaixo:

4.1.1 Tratamento do requerimento de compensação de aposentadoria e pensão

Permite ao participante da compensação (RGPS ou RPPS) realizar todas as ações para entrada de dados do requerimento e sua análise.

Além de tela online disponibilizada na Internet para a abertura manual do requerimento, também estará disponível uma API para que os participantes da compensação possam fazer integração por meio de seus sistemas.

4.1.2 Cálculo da compensação

Realização do cálculo da compensação entre os participantes, a partir da simulação das rendas: mensal inicial de RGPS anterior a 88 para requerimento aposentadoria, mensal inicial de RGPS posterior a 88 para requerimento aposentadoria, mensal inicial de RGPS para requerimento de pensão, mensal inicial de RPPS anterior a 2004 para requerimento aposentadoria, mensal inicial de RPPS posterior a 2004 para requerimento aposentadoria, mensal inicial de RPPS para requerimento de pensão e o cálculo do pró-rata inicial.

4.1.3 Pagamento

Realização do pagamento e controle da compensação, acompanhando e verificando os pagamentos realizados entre as partes.

4.1.4 Relatórios de Gestão

Realização de consultas dinâmicas, pré-definidas e exibição de gráficos que auxiliam na gestão da compensação pelos regimes.

4.1.5 Revisão

Revisão de uma compensação e dos valores pagos pela mesma ocasionada por alterações no benefício que possam alterar o valor utilizado no cálculo.

4.1.6 Reabertura do Requerimento

Possibilita reabrir um requerimento de compensação anteriormente indeferido na análise.

4.1.7 Análise Automática

Idealmente, o COMPREV terá acesso aos dados da CTC (Certidão de Tempo de Contribuição) e HTC (Homologação do Tribunal de Contas) de forma eletrônica e confiável. A partir desse momento, será possível que o próprio sistema valide as informações necessárias à compensação realizando de forma automática a análise do requerimento.

As funcionalidades descritas são exemplificativas pois encontram-se melhor detalhadas e atualizadas no Modelo de Negócio do COMPREV disponibilizado pela empresa de tecnologia responsável pelo desenvolvimento do sistema de compensação previdenciária, conforme requisitos definidos pela Secretaria de Previdência em conjunto com o CNRPPS.

5 Deveres e Responsabilidades

Os deveres e responsabilidades das partes são aqueles previstos no Contrato de Adesão ao Sistema COMPREV, padronizado pela Dataprev em virtude do expressivo volume de contratações e aprovado pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, por meio de deliberação dos Conselheiros do CNRPPS publicada na Resolução CNRPPS/MTP nº 3, de 9 de novembro de 2021.

6 Modelo de Execução e Gestão Contratual

Os serviços se encontram especificados no Modelo de Negócio constante no Anexo I do Contrato de Adesão ao Sistema Comprev, padronizado pela Dataprev em virtude do expressivo volume de contratações e aprovado pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, por meio de deliberação dos Conselheiros do CNRPPS publicada na Resolução CNRPPS/MTP nº 3, de 9 de novembro de 2021.

O Modelo de Negócio prevê as condições necessárias ao fornecimento da solução de TIC, incluindo:

CPL
fls 127

- Suporte Operacional do Serviço e procedimentos para comunicação e acompanhamento de incidentes ou indisponibilidades por meio de plataforma eletrônica;
- Níveis do Serviço ofertado incluindo os regimes de operações conforme horários e dias de semana, considerando registros de incidentes e metas de disponibilidade;
- Cálculo do Índice de Disponibilidade e outras medidas de qualidade de serviço;
- Prazos para atendimento;
- Meios de comunicação
- Requisitos de Segurança;

O Contrato de Adesão ao Sistema COMPREV apresentado pela empresa de tecnologia responsável pelo desenvolvimento do sistema de compensação previdenciária e aprovado pelo CNRPPS apresenta o modelo de gestão contratual, incluindo:

- Procedimentos para apuração dos serviços;
- Prazos e procedimentos para o recebimento dos serviços;
- Prazos e procedimentos para pagamento dos serviços,
- Sanções Administrativas;

7 Estimativa de Valor e Dotação Orçamentária

O Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, tendo em vista o disposto no § 2º Art. 10 e do Art. 18 do Decreto 10.188, definiu por meio da Resolução CNRPPS/ME nº 2, de 14 de maio de 2021 os valores das taxas mensais de custeio para utilização do sistema COMPREV a ser paga por cada regime instituidor de acordo com a quantidade de segurados e beneficiários vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do respectivo ente federativo. A tabela de valores, transcrita a seguir, será calculada conforme dados extraídos do Indicador de Situação Previdenciária - ISP publicado no exercício anterior, previsto no inciso V do art. 30 da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e calculado conforme disposto na Portaria SPREV/ME nº 14.762, de 19 de junho de 2020:

GRUPO	FAIXA DE SEGURADOS e BENEFICIÁRIOS DO ISP		VALOR MENSAL DE UTILIZAÇÃO DO COMPREV
I	1	300	R$ 100,00
II	301	600	R$ 150,00
III	601	1.200	R$ 300,00
IV	1.201	3.000	R$ 600,00
V	3.001	6.000	R$ 1.200,00
VI	6.001	9.000	R$ 1.800,00
VII	9.001	18.000	R$ 2.800,00
VIII	18.001	36.000	R$ 5.000,00
IX	36.001	108.000	R$ 8.000,00
X	maior que 108.000		R$ 12.000,00

Conforme o ISP do ano de 2021, atualmente este **INSTITUTO PREVIDENCIARIO SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PIUM - PIUMPREV** possui 253 segurados e beneficiários vinculados ao RPPS, se enquadrando, portanto, no GRUPO I que corresponde ao Valor Mensal de Utilização do COMPREV de R$ 100,00.

Por conseguinte, o valor estimado inicial **total** da presente contratação é R$ 6.000,00 (seis mil reais) o qual pode ser atualizado no decorrer da vigência contratual considerando eventuais alterações na quantidade de segurados e beneficiários vinculados ao RPPS conforme publicações do ISP.

7.1 Dotação Orçamentária e Cronograma Físico Financeiro

Os recursos financeiros para fazer face às despesas da contratação do objeto deste Projeto Básico serão atendidos com dotações do Municipal para 2022, alocadas ao **INSTITUTO PREVIDENCIARIO SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE PIUM - PIUMPREV**, por meio das Ações 0000- XXXXXXXXXXXXXX, conforme planejamento estratégico deste RPPS.

A Notas de Empenho para os anos seguintes ao primeiro serão registradas no respectivo processo administrativo por meio de Termo de Apostilamento.

A previsão da execução física da presente contratação acompanha a periodicidade **mensal** definida na tabela de custeio da Resolução CNRPPS/ME nº 2, de 14 de maio de 2021, ou seja, dispêndio mensal de R$ 100,00 (cem reais) face ao enquadramento deste RPPS no GRUPO I da tabela.

7.2 Forma de Pagamento

A forma de pagamentos pelos serviços prestados é aquela definida no Contrato de Adesão ao Sistema Comprev, padronizado pela Dataprev em virtude do expressivo volume de contratações e aprovado pelo Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social, por meio de deliberação dos Conselheiros do CNRPPS publicada na Resolução CNRPPS/MTP nº 3, de 9 de novembro de 2021.

8 Regime de Execução do Contrato

A presente contratação se enquadra no regime de execução **Empreitada por Preço Unitário**, pois segue o formato de precificação apresentado no §1º do Art. 2º da Resolução CNRPPS/ME nº 2, de 14 de maio de 2021.

9 Fundamentação e Seleção do Fornecedor

9.1 Processo de Planejamento

Essa contratação possuirá natureza estimativa e considera que os gestores de TI dos regimes de previdência devem planejar suas contratações de modo que os pagamentos pelos serviços prestados se encontrem aderentes ao quantitativo de segurados e beneficiários vinculados ao RPPS do respectivo ente federativo, às taxas mensais constantes na Resolução CNRPPS/ME nº 2, de 14 de maio de 2021, em função de resultados verificáveis apresentados pelo fornecedor, mensurados, sempre que possível, por unidades quantitativas.

9.2 Seleção do Fornecedor

Considerando a natureza altamente específica do objeto;

Considerando a singularidade circunstancial na oferta do objeto por uma única empresa desenvolvedora e operacionalizadora, conforme anteriormente demonstrado neste Projeto Básico;

Considerando não existir atualmente pluralidade de opções que ofereçam sistema de compensação previdenciária que atenda e intercomunique todos os entes sujeitos à obrigação legal de realizar a compensação financeira, adotando os procedimentos padronizados previstos no Decreto nº 10.188/2019 para análise de todos os requerimentos formalizados, conforme expresso pela Recomendação CNRPPS/ME nº 1, de 15 de março de 2021.

Considerando que o rol de hipóteses previsto na legislação aplicável não é exaustivo e considera, portanto, a possibilidade de existirem situações além daquelas relacionadas nas quais a competição é inviável.

Entendemos existir situação regulamentar e fática que inviabiliza a competição neste momento, configurando-se a hipótese de **Inexigibilidade de Licitação**.

Nesta esteira, não há que se falar em escolha do fornecedor. Firma-se, portanto, situação de contratação direta da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV, em atendimento ao;

- §1º do Art. 10º do Decreto 10.188 de 20 de dezembro de 2019.
- Art. 5º da Portaria nº 15.829 de 2 de julho de 2020 da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

10 Vigência do Contrato

Considerando que a presente contratação decorre de obrigação legal e regulamentar e o serviço a ser prestado possui caráter contínuo se considera mais adequado administrativamente acompanhar a vigência do Termo de Adesão e do Contrato de Adesão aprovado pelo CNRPPS conforme Resolução CNRPPS/MTP nº 3, de 9 de novembro de 2021. Portanto a vigência prevista é de 5 (cinco) anos.

11 Reajuste de Preços

No Modelo de Negócio e o Contrato de Adesão disponibilizados pela empresa de tecnologia responsável pelo desenvolvimento do sistema de compensação previdenciária há previsão de reajuste de preços.

O reajuste do valor pactuado será formalizado pelo CONTRATANTE por meio de apostilamento e a anualidade é aferida a partir da data da última atualização da tabela de preços proposta pela DATAPREV e ao CNRPPS e publicada pelo CNRPPS.

12 Referência Legal

LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

PROJETO BÁSICO

Contratação de serviço SaaS (Software as a Service) para operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto 10.188 de 20 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

LEI Nº 9.796, DE 5 DE MAIO DE 1999.

Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

LEI nº. 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993
Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública

Legislação Estadual ou Municipal, em matéria de licitações e contratos administrativos, eventualmente aplicável.

DECRETO Nº 10.188, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Regulamenta a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, para dispor sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os regimes próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

PORTARIA/SEPTR/ME Nº 15.829, DE 2 DE JULHO DE 2020

Dispõe sobre a operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e destes entre si, de que tratam a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e o Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019. (Processo nº 10133.100215/2020-20).

DATAPREV

Dispensa e Designação

CS/DRN/010/2021

CPL
fls 132

Data: 03/08/2021

DATAPREV

COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO

DE: Diretoria de Relacionamento e Negócio - DRN

PARA: Todos os Órgãos da Empresa

CPL
fls 133

ASSUNTO: DISPENSA E DESIGNAÇÃO

O Diretor de Relacionamento e Negócio, da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A., no uso de suas atribuições,

COMUNICA:

1. A dispensa **SAULO MILHOMEM DOS SANTOS, Matrícula 801.593**, da função de Gerente de Conta A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC;
2. A designação **SAULO MILHOMEM DOS SANTOS, Matrícula 801.593**, para responder pela função de Superintendente de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília/DF;
3. A designação da empregada **CLAUDIANA FREITAS DE FRANCA, Matrícula 355.364**, para responder pela função de Gerente de Conta A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília/DF.
4. Esta CS entra em vigor a partir desta data.

ALAN DO NASCIMENTO SANTOS
Diretor

Documento assinado eletronicamente por ALAN DO NASCIMENTO SANTOS
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação CWWicih9 e o contra código Lxugp0PM

DATAPREV

Assinado digitalmente por:

Alan do Nascimento Santos (Aprovador)

CPL
fls 134

CPL

fls 135


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
DF
SAULO MILHOMEM DOS SANTOS
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
15373572007 CEJSPC MA
CPF
945.198.383-04
DATA NASCIMENTO
13/11/1987
FILIAÇÃO
JOSEMIR GOMES DOS SANTOS
RAIMUNDA GOMES MILHOMEM
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB
Nº REGISTRO
04253416450
VALIDADE
21/08/2022
1ª HABILITAÇÃO
13/12/2007
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
152343049O
OBSERVAÇÕES
Saulo Hilarom dos Santos
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF
DATA EMISSÃO
01/09/2017
SILVAN BARBOSA PONTES FILHO
DIRETOR GERAL INTERINO
DETRAN/DF
ASSINATURA DO EMISSOR
44861459619
DF751210773
DISTRITO FEDERAL
PROIBIDO PLASTIFICAR
152343049O

DATAPREV

Designação

CS/DRN/007/2019

CPL
fls. 136

Data: 02/09/2019

DATAPREV

COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO

CPL
fls 137

DE: Diretoria de Relacionamento, Negócios e Inovação – DRN

PARA: Todos os Órgãos da Empresa

ASSUNTO: DESIGNAÇÃO

O Diretor de Relacionamento, Negócios e Inovação Interino da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev, no uso de suas atribuições,

COMUNICA:

1. A designação do empregado **FLÁVIO RONISON SAMPAIO**, **MATRÍCULA 332.275**, para exercer a função de confiança Superintendente de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC no âmbito Diretoria de Relacionamento e Negócios – DRN, em Brasília.

2. A designação da empregada **SUSANA TRES ESPÍNDOLA MATRÍCULA 357.723**, para exercer a função de confiança de Assessor Nível Divisão, no âmbito da Superintendência de Negócios – SUNE, em Brasília.

3. A designação da empregada **MÔNICA MARIA COELHO LUCATELLI DÓRIA DE ARAÚJO**, **MATRÍCULA 285.277**, para exercer a função de confiança de Gerente de Contas A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

4. A designação da empregada **MÁRCIA AZEREDO BEZERRA**, **MATRÍCULA 342.505**, para exercer a função de confiança de Gerente de Contas A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, no Rio de Janeiro.

5. A designação do empregado **PAULO HENRIQUE COELHO**, **MATRÍCULA 344.133**, para exercer a função de confiança de Gerente de Contas A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

6. A designação do empregado **SERGIO OLIVEIRA DA SILVA**, **MATRÍCULA 301.388**, para exercer a função de confiança de Gerente de Contas A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

7. A designação do empregado **LUCIANO AUGUSTO ALVES VALADARES**, **MATRÍCULA 338.753**, para exercer a função de confiança de Gerente de Contas A, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

8. A designação da empregada **NARA ALVES MORAES**, **MATRÍCULA 345.083**, para exercer a função de confiança Gerente de Contas B, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

DATAPREV

COMUNICAÇÃO DE SERVIÇO

9. A designação do empregado **PEDRO NETO DE OLIVEIRA**, **MATRÍCULA 350.427**, para exercer a função de confiança de Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial - DERC, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

10. A designação da empregada **MARIA CRISTINA BASILI DUARTE**, **MATRÍCULA 351.288**, para exercer a função de confiança de Gerente do Departamento de Gestão de Negócios- DEGN, no âmbito da Superintendência de Negócios – SUNE, em Brasília.

11. A designação do empregado **EDMAR DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR**, **MATRÍCULA 353.388**, para exercer a função de confiança de Gerente do Departamento de Monitoramento e Estratégia Comercial - DEME, no âmbito da Superintendência de Relacionamento Comercial e Mercados – SURC, em Brasília.

12. A designação da empregada **JAQUELINE GRIFANTE KMITA**, **MATRÍCULA 344.648**, para exercer a confiança de Coordenadora-Geral da Coordenação-Geral de Gestão de Contratos com Clientes - CGCC, no âmbito da Diretoria de Relacionamento e Negócios – DRN, em Brasília.

13. A designação do empregado **GABRIEL MENDES TORRES, MATRÍCULA 344.664**, para exercer a função de confiança de Gerente da Divisão de Apuração e Monitoramento Contratual - DIMC, no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Contratos com Clientes – CGCC, em Brasília.

14. A designação da empregada **FERNANDA DO AMARAL POMBO, MATRÍCULA 356.484**, exercer função de confiança de Gerente da Divisão de Gestão de Contratos com Clientes - DIGC, no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Contratos com Clientes – CGCC, em Brasília.

15. A designação do empregado **RICARDO DE ALMEIDA GOMES, MATRÍCULA 353.892**, para exercer a função de confiança de Coordenador de Gestão Interna, Monitoramento e Controle - COGC, no âmbito da Coordenação-Geral de Gestão de Contratos com Clientes – CGCC, em Brasília.

16. A designação do empregado **MARCUS DE PAULA COSTA**, **MATRÍCULA 347.817**, para exercer a função de confiança de Gerente da Divisão de Portfólio de Produtos e Parcerias - DIPP no âmbito do Departamento de Gestão de Negócios- DEGN, em Brasília.

17. A designação do empregado **HILDEGARD PAULINO BARBOSA**, **MATRÍCULA 351.245**, para exercer a função de confiança de Gerente da Divisão de Modelagem de Negócios - DIMN no âmbito do Departamento de Gestão de Negócios – DEGN, em Brasília.

18. A designação do empregado **JOÃO CARLOS SANTOS TOSTA, MATRÍCULA 341.231**, para exercer a função de confiança de Gerente da Divisão do Laboratório de Inovação - DILI no âmbito do Departamento de Inovação – DEIN, no Rio de Janeiro.

19. A designação do empregado **HUMBERTHO MIKAELL DE KOURY MATTAR, MATRÍCULA 349.739**, para exercer a função de confiança de Gerente da Divisão de Fomento a Inovação - DIFI no âmbito do Departamento de Inovação – DEIN, em Brasília.

Esta CS entra em vigor a partir de 01/09/2019.

ANDRÉ CÔRTE
Diretor de Relacionamento, Negócios e Inovação Interino

CPL
fls. 139

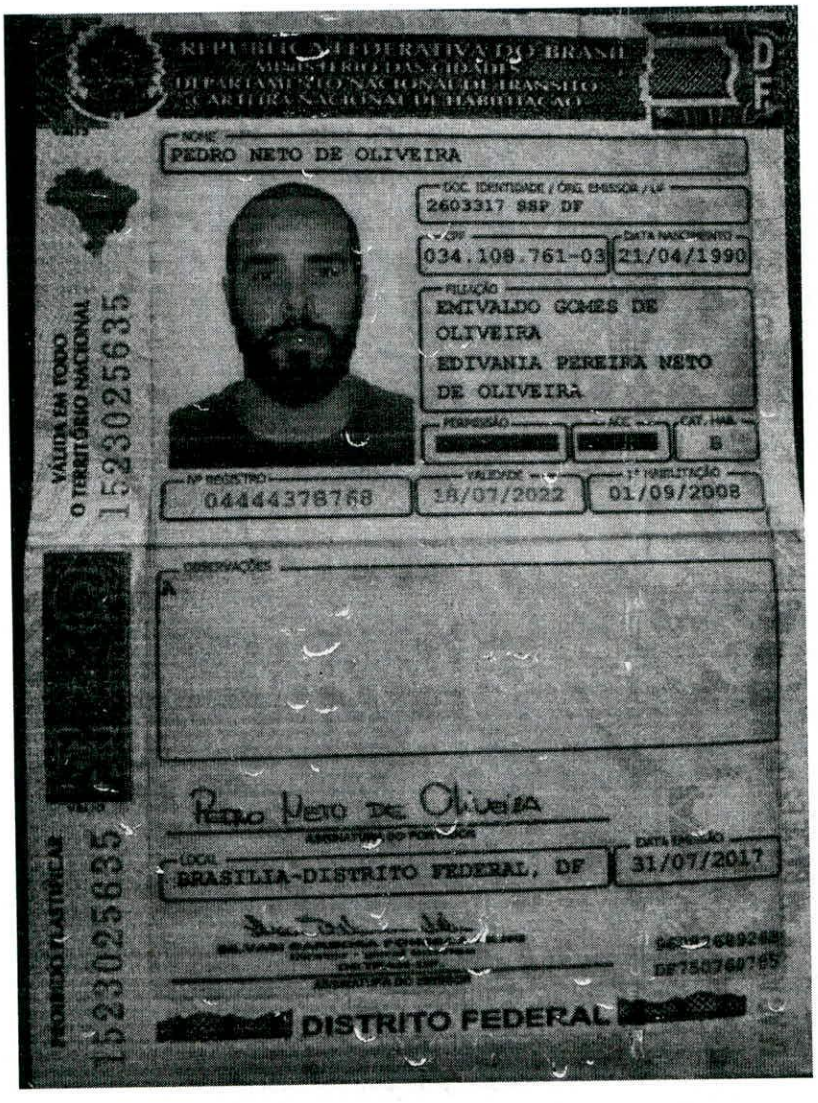
DATAPREV

CPL
fls 140

Assinado digitalmente por:

Andre Corte (Aprovador)

CPL
fls 141


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
DF
NOME
PEDRO NETO DE OLIVEIRA
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2603317 SSP DF
CPF
034.109.761-03
DATA NASCIMENTO
21/04/1990
FILIAÇÃO
EMIVALDO GOMES DE OLIVEIRA
EDIVANIA PEREIRA NETO DE OLIVEIRA
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
04444378768
VALIDADE
18/07/2022
1ª HABILITAÇÃO
01/09/2008
OBSERVAÇÕES
A
Pedro Neto de Oliveira
ASSINATURA DO PORTADOR
LOCAL
BRASILIA-DISTRITO FEDERAL, DF
DATA EMISSÃO
31/07/2017
ASSINATURA DO DIRETOR
DISTRITO FEDERAL
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
15230256 35
PROIBIDO PLASTIFICAR
15230256 35

DATAPREV

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

RS/3900/2022

CPL
fls 142

Data: 02/03/2022

DATAPREV

RESOLUÇÃO

CPL
fls 143

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

O Presidente da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A., no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 Atualizar a Tabela de Competências da Dataprev de acordo com os Anexos I a V desta Resolução.

2 Determinar que as competências estabelecidas nas tabelas anexas à presente Resolução sejam interpretadas conforme as seguintes regras:

2.1 As competências delegadas se referem aos recursos e processos respectivamente subordinados, salvo competências gerais expressamente indicadas, podendo o Presidente avocá-las quando necessário.

2.2 As competências delegadas para níveis hierárquicos subordinados são automaticamente estabelecidas para os níveis hierárquicos subordinantes.

2.3 As competências delegadas não podem ser subdelegadas.

2.4 Para efeito desta Resolução, as competências previstas para Diretor incluem as do Presidente, que figurá para tal fim como "Diretor" ou, ainda, como "Autoridade Superior", para aprovações referentes às áreas que lhe são diretamente subordinadas.

2.5 Para efeito desta Resolução, as competências previstas para Diretoria Executiva indicam que os Diretores, em decisão colegiada, devem autorizar o assunto em referência.

2.6 Utiliza-se o termo "correlato" para indicar a existência de equivalência entre níveis hierárquicos. São correlatos, portanto:

2.6.1 Em nível de Superintendência (2º nível hierárquico) – Superintendente, Secretário Executivo e Consultor Jurídico.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

2.6.2 Em nível e Departamento (3º nível hierárquico) – Gerente de Departamento, Coordenador Geral, Gerente de Unidade de Desenvolvimento de Software e Corregedor.

2.6.3 Em nível de Divisão (4º nível hierárquico) – Gerente de Divisão, Coordenador e Ouvidor.

3 Determinar que os órgãos responsáveis pelos processos devem revisar e atualizar os respectivos instrumentos normativos, de acordo com as novas competências estabelecidas.

4 As competências definidas nesta Resolução são aplicáveis aos atos praticados a partir da sua vigência, permanecendo válidos os que já tiverem sido praticados com base na Resolução 3894/2022.

5 Esta Resolução entra em vigor a partir desta data e revoga a Resolução 3894/2022.

GUSTAVO CANUTO
Presidente

CPL
fls 144

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 145

ANEXO I

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificaAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 146

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PESSOAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Aprovar Abono Acompanhamento superior a 10 dias consecutivos ou não até o limite de 30 dias no período de um ano, incluído os 10 dias aprovado pela chefia imediata.	• Coordenador Geral de Promoção de Saúde, Qualidade de Vida e Bem-estar
2. Aprovar Abono Acompanhamento (até 10 dias consecutivos ou não no período de um ano).	• Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim (empregados lotados na Diretoria); • Gerente de Serviço
3. Aprovar Abono de 06 dias.	• Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim (para empregados lotados na Diretoria); • Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Gerente de Departamento ou correlato para este fim (para os empregados residentes em estados distintos da localização do seu órgão de lotação); • Gerente de Serviço
4. Aplicar advertência Escrita/Suspensão.	• Superior hierárquico ao empregado
5. Assinar o Termo de Compromisso e Aditivos referentes à contratação de Estagiários.	• Gerente do Departamento de Gestão de Carreira • Gerente de Divisão de Gestão Administrativa
6. Assinar convênios relacionados à gestão de pessoas, com ou sem ônus para Empresa.	• Presidente em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas
7. Autorizar a contratação de estagiário de ensino superior, com ou sem deficiência (Aprovação de Requisição de Estagiário)	• Gerente do Departamento de Gestão de Carreira
8. Autorizar a rescisão de contrato de trabalho: a) pedido de demissão b) empregado do quadro efetivo: • sem justa causa • por Acordo – art 484-A CLT • por justa causa c) extraquadro (ad nutum)	a) Gerente de Departamento da área ou correlato em conjunto com o Gerente de Departamento de Administração de Pessoas b) Diretor da área em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas. c) Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 147

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PESSOAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
9. Assinar documentos formais para rescisão de contrato de trabalho (com procuração)	• Gerente de Serviço
10. Designar e dispensar empregado do quadro efetivo para exercício de função de confiança:	
a) Superintendente ou correlato Assessor de Diretoria Assessor Jurídico	a) Presidente
b) Assessor Gerente de Departamento ou correlato	b) Diretor da área correspondente
c) Gerente de Divisão ou correlato Gerente de Serviço Líder de Equipe A e B Assessor Técnico-Administrativo	c) Superintendente ou correlato
d) Gerente de Contas A e B	d) Diretor da área correspondente
e) Responsável por Turno	e) Gerente de Departamento
11. Designar e dispensar o extraquadro (*ad nutum* e requisitado), para exercício de função de confiança;	• Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 148

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PESSOAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
12. Designar e dispensar substituto eventual de empregado para exercício da função de confiança, exceto para as funções que não permitem a nomeação de substitutos, conforme a regulamentação em vigor. a) Líder de equipe A e B b) Gerente de Conta A e B c) Demais funções (quando couber)	a) Gerente de Departamento ou correlatos ou Superintendentes ou correlatos b) Diretor da área c) Respectivo titular da função
13. Fixar o Quadro Geral de Estagiários (quantitativo máximo de vagas na empresa)	• Diretoria Executiva
14. Estabelecer a distribuição do Quadro de Estagiários (QLE).	• Diretor de Administração e Pessoas
15. Autorizar hora extra normal (local ou remota) limitada até 2 horas diárias e 40 horas mensais.	• Gerente de Departamento ou correlato; • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa
16. Autorizar hora extra normal (local ou remota) acima de 2 duas horas diárias e acima de 40 horas mensais.	• Superintendente, Corregedor ou Ouvidor • Gerente de Departamento ou correlatos (quando não vinculados a uma Superintendência)
17. Autorizar hora extra noturna, Especial ou Especial Noturna (local ou remota).	• Gerente de Departamento ou correlato; • Superintendente, Corregedor ou Ouvidor quando ultrapassar 2 horas diárias ou 40 horas mensais • Gerente de Departamento ou correlatos (quando não vinculados a uma Superintendência)quando ultrapassar 2 horas diárias ou 40 horas sensais
18. Autorizar liberação de representantes dos empregados.	• Coordenador Geral de Relações do Trabalho;

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PESSOAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
19. Autorizar gozo de licença prêmio.	• Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim (empregados lotados em Diretoria); • Superintendente ou titular de função de confiança formalmente indicado pelo Superintendente para este fim (para empregados lotados na Superintendência e gerentes de órgãos diretamente subordinados); • Gerente de Serviço ou correlato;
20. Autorizar licença prêmio em pecúnia.	• Gerente de Departamento de Administração de Pessoas
21. Autorizar licença: a) com vencimentos. b) sem vencimentos	a) Diretor da área em conjunto com o Diretor de Administração de Pessoas; b) Diretor da área;
22. Autorizar abertura dos processos de progressão (salarial e funcional) e distribuição de verba.	• Diretoria Executiva
23. Autorizar contratação de Pessoal para preenchimento de vaga de Concurso Publico ou utilização de Cadastro Reserva de Concurso Público	• Presidente em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas.
24. Autorizar a transferência de pessoal por interesse da Empresa, com ou sem remanejamento de lotação.	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com Diretores das áreas envolvidas.
25. Autorizar a transferência de pessoal por interesse do empregado (inclusive cedido), com ou sem remanejamento de lotação:	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com Diretores das áreas envolvidas.
26. Autorizar o remanejamento de lotação, sem alteração de domicílio do empregado, entre órgãos de um mesmo Departamento ou correlato.	• Gerente de Departamento ou correlato, em conjunto com o Gerente do Departamento de Gestão de Carreira.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o código Bvow35W5

CPL
fls 150

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PESSOAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
27. Autorizar o remanejamento de lotação, sem alteração de domicílio do empregado, entre diferentes Departamentos ou correlatos, de uma mesma Superintendência ou Diretoria.	• Superintendentes ou correlatos das áreas envolvidas em conjunto com o Gerente do Departamento de Gestão de Carreira.
28. Autorizar o remanejamento de lotação, sem alteração de domicílio do empregado, entre órgãos de diferentes Diretorias.	• Diretores das áreas envolvidas em conjunto com o Gerente do Departamento de Gestão de Carreira.
29. Autorizar a requisição interna de pessoal diferente do local de trabalho, com necessidade de deslocamento temporário do empregado para local diferente do seu domicílio.	• Diretor da área em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas. Se a área requisitante for a Diretoria de Administração e Pessoas, será em conjunto com o Presidente
30. Autorizar a requisição de pessoal no próprio local de trabalho, com a manutenção do empregado no local de seu domicílio.	• Superintendentes ou correlatos das áreas envolvidas em conjunto com o Gerente do Departamento de Gestão de Carreira.
31. Alterar a atividade/subatividade do empregado em caso de movimentação conforme previsto no Plano de Cargos e Salários vigente.	• Gerente do Departamento de Gestão de Carreira
32. Solicitar treinamento externo a) não previsto no Plano de Capacitação. b) previsto no Plano de Capacitação	a) Superintendente ou correlato; b) Gerente de Departamento ou correlato.
33. Autorizar o exercício e pagamento de Gratificação de Projetos de Equipe de Projeto	• Diretoria Executiva
34. Substituir o responsável por projeto	• Diretoria Executiva
35. Autorizar a finalização, prorrogação do prazo ou reativação de pagamento da Gratificação de Equipe de Projeto	• Diretoria Executiva
36. Autorizar a realização de sobreaviso	• Superintendente ou correlato.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 151

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PESSOAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
37. Indicar preposto a) com poderes de transação b) sem poderes de transação	a) Diretor da área b) Gerente do Departamento de Administração de Pessoas, Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Contenciosas Gerente do Departamento de Gestão Administrativa.
38. Assinar Acordo Coletivo de Trabalho – ACT.	• Diretor de Administração e Pessoas • Diretor de Governança Corporativa e Juridico
39. Ceder empregados que não dependam de autorização ministerial.	• Presidente
40. Autorizar Requisição de Estagiários	• Gerente de Departamento ou Correlato • Titular de função de confiança formalmente indicado pelo Coordenador Geral de Gestão Administrativa de Pessoas.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 152

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
SUPRIMENTOS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Aprovação da Solicitação de Compras, da aquisição/contratação, do termo de referência e da motivação.	• Conforme definido na Tabela do Anexo II desta Resolução.
2. Autorização formal para abertura de Processo Licitatório e Designação de equipe, na modalidade de Pregão.	• Gerente do Departamento de Compras;
3. Assinatura do Edital de Licitação, devidamente chancelado pelo responsável por sua elaboração e pela área jurídica.	• Gerente do Departamento de Compras;
4. Monitoramento da execução dos controles de integridade e conformidade para os processos de planejamento e execução das aquisições.	• Superintendente de Governança e Gestão Estratégica.
5. Adjudicação, Homologação e Ratificação das aquisições/contratações.	• Conforme definido na Tabela do Anexo II desta Resolução.
6. Assinatura do Pedido de Compra/PC, Contratos e Termos Aditivos	• Conforme definido na Tabela do Anexo II desta Resolução.
7. Autorização de Acréscimos Qualitativos e Quantitativos com efeito financeiro no contrato: Aprovação de SC, Termo de Referência, Motivação, Adjudicação e Homologação, Assinatura do PC e do Termo Aditivo.	• Conforme as alçadas definidas na Tabela do Anexo II desta Resolução considerando a soma do valor do contrato atualizado e do aditivo.
8. Assinatura de Termos Aditivos sem efeito financeiro ou com redução do valor contratual.	• Gerente da Divisão de Revisão e Controle de Contratos em conjunto com o Gerente do Departamento de Compras;
9. Aprovação de Termo de Resilição (utilizado quando um contrato é extinto antes do tempo previsto; é uma rescisão contratual acordada entre as partes).	• Autoridade competente responsável pela autorização da contratação, conforme Anexo II desta Resolução

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
SUPRIMENTOS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
10. Designação de Ordenadores de Despesas para Homologação de Pregão no SIASG/ComprasGovernamentais.	• Superintendente de Serviços Logísticos
11. Designação de Pregoeiro no SIASG/ComprasGovernamentais.	• Gerente do Departamento de Compras
12. Designação da Equipe de Apoio de Pregão, Cadastrador do SICAF e Catalogador de Materiais e Serviços no SIASG/ComprasGovernamentais.	• Gerente do Departamento de Compras
13. Constituição de Comissão Especial de Licitação em modalidade diversa de pregão	• Gerente do Departamento de Compras
14. Autorizar a prorrogação de prazo para pronta entrega de material.	• Gestor técnico do contrato formalmente designado.
15. Autorização de Revisões Contratuais (Repactuação, Reajuste, Reequilíbrio econômico-financeiro).	• Conforme definido na Tabela do Anexo V desta Resolução.
16. Autorização motivada para contratação de empresa detentora de monopólio que esteja inadimplentes junto ao INSS e ao FGTS (Acórdão nº 1.402/2008-TCU- Plenário)	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Diretor da área demandante
17. Registro da adjudicação/homologação de competência da Diretoria no SIASG/ComprasGovernamentais	• Gerente do Departamento de Compras
18. Constituição de Comissão para recebimento de materiais e equipamentos.	• Gerente da Divisão de Gestão e Fiscalização Administrativa de Contratos • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa
19. Autorização para aplicação da penalidade de Suspensão de Fornecedor no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.	• Superintendente de Serviços Logísticos
20. Responsabilidade pela autorização da compra no SIASG/ComprasGovernamentais.	• Superintendente de Serviços Logísticos

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
LOGÍSTICA	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Autorização para cessão de uso ou comodato, doação ou alienação e baixa de bens móveis a) Até 10 mil reais. b) Até 50 mil reais. c) Acima de 50 mil reais.	a) Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos b) Superintendente de Serviços Logísticos c) Diretoria-Executiva
2. Assinatura de Termo de Compromisso com Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis.	• Coordenador de Responsabilidade Socioambiental (no âmbito das instalações do Ed. Waldir Pires e do Ed. José Neves) • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa (CE, DF, PB, RN, , SC e SP) • Gerente do Serviço de Gestão Administrativa
3. Assinatura de Termo de Doação, Cessão ou comodato de Bens Móveis. a) Até 50 mil reais. b) Acima de 50 mil reais.	• a) Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos em conjunto com SUSL • b) SUSL em conjunto com DAP
4. Constituição de Comissão Especial de Exame e Avaliação de Bens e designação dos seus componentes.	• Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa
5. Habilitação de linhas para Ligações Internacionais.	• Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos ou Gerente da Divisão de Gestão Administrativa .
6. Aprovação de qualquer tipo de material para divulgação de informação institucional nos ambientes interno e externo.	• Titular do órgão responsável pela comunicação social em conjunto com Coordenador Geral do Gabinete da Presidência
7. Ser o fiel depositário de bens penhorados, em garantia de execuções judiciais.	• Gerente da Divisão de Administração de Materiais e Patrimônio (no âmbito do Ed. Waldir Pires); • Gerente do Serviço de Gestão de Infraestrutura Predial (no âmbito do Ed. José Neves); • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa CE, DF, PB, RN, SC e SP)

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
LOGÍSTICA	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
8. Aprovação e cancelamento de viagens a serviço nacional, dentro do prazo, reforço de adiantamento, alteração e prorrogação de viagens e aprovação de prestação de contas. 8.1 Aprovação, como proponente e ordenador de despesas, de solicitação de viagens para: a) Presidente, diretores b) Membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração c) Superintendentes ou correlatos, convidados por interesse da Dataprev e prestadores de serviço d) Gerentes de Departamento ou correlatos Gerentes de Divisão e demais empregados	a) Coordenador Geral do Gabinete da Presidência. b) Secretário Executivo c) Diretor ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim. d) Superintendente ou correlato
9. Aprovação e cancelamento de viagens a serviço nacional urgente, reforço de adiantamento, alteração e prorrogação de viagens e aprovação de prestação de contas. 9.1 Aprovação, como proponente e ordenador de despesas, de solicitação de viagens para: a) Presidente, diretores b) Membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração c) Superintendentes ou correlatos, convidados por interesse da Dataprev e prestadores de serviço d) Gerentes de Departamento ou correlatos e Gerentes de Divisão e demais empregados	9.1 a) Coordenador Geral do Gabinete da Presidência b) Secretário Executivo c) Diretor ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim d) Superintendente ou correlato

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
LOGÍSTICA	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
9.2 Como autoridade superior autorizando solicitações de viagens para: a) Presidente e diretores e Membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Administração. b) Superintendentes ou correlatos, convidados por interesse da Dataprev, prestadores de serviços, Gerentes de Departamento ou correlatos, Gerentes de Divisão ou correlatos e demais empregados.	9.2 a) Coordenador Geral do Gabinete da Presidência b) Diretor da área ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim.
10. Aprovação e cancelamento de viagens a serviço internacional dentro do prazo, reforço de adiantamento, alteração e prorrogação de viagens e aprovação de prestação de contas. 10.1. Aprovação, como proponente e ordenador de despesas, de solicitação de viagens para: a) Presidente e diretores b) Membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração c) Superintendentes ou correlatos, convidados por interesse da Dataprev e prestadores de serviço, Gerentes de Departamento ou correlatos, Gerentes de Divisão e demais empregados.	10.1 a) Coordenador Geral do Gabinete da Presidência b) Secretário Executivo c) Diretor ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
LOGÍSTICA	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
11. Aprovação e cancelamento de viagens a serviço internacional urgente, reforço de adiantamento, alteração e prorrogação de viagens e aprovação de prestação de contas.	
11.1 Aprovação, como proponente e ordenador de despesas de pedidos de viagens para:	11.1
a) Presidente e diretores	a) Coordenador Geral do Gabinete da Presidência
b) Membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração	b) Secretário Executivo
c) Superintendentes ou correlatos, convidados por interesse da Dataprev e prestadores de serviço, Gerentes de Departamento ou correlatos e Gerentes de Divisão e demais empregados	c) Diretor ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim
11.2 Como autoridade superior, autorizando pedidos de viagens para:	11.2
a) Presidente	a) Coordenador Geral do Gabinete da Presidência
b) Diretores e membros do Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração, Superintendentes ou correlatos, convidados por interesse da Dataprev, prestadores de serviços, Gerentes de Departamento ou correlatos, Gerentes de Divisão ou correlatos e demais empregados	b) Presidente ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Presidente para este fim ou o Coordenador Geral do Gabinete da Presidência
12. Aprovação da conformidade documental de viagem internacional, dentro do prazo ou urgente, como consultor do SCDP.	• Coordenador de Assuntos Administrativos
13. Aprovação definitiva de viagem internacional, dentro do prazo ou urgente.	• Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
LOGÍSTICA	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
14. Acesso às áreas restritas.	• Gerente de Departamento ou correlato; • Titular de função responsável pela Segurança Patrimonial;
15. Autorizar os empregados, requisitados e prestadores de serviços ao uso da internet e telefonia móvel particular.	• Diretor ou Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim; • Coordenador Geral do Gabinete da Presidência;
16. Deferir os gastos excedentes do uso de internet e telefonia móvel particular em relação aos limites mensais autorizados pela empresa para fins de reembolso.	• Diretor ou Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim (para usuários no âmbito da Diretoria); • Coordenador Geral do Gabinete da Presidência.
17. Conferência e visto de despesas com internet móvel, telefonia móvel e chip particular autorizada pela Empresa para fins de reembolso.	• Gerente de Departamento ou correlato;
18. Assinatura de Relatório de Atesto de Serviço	• Gerente de Divisão ou empregado formalmente indicado pelo Gerente de Departamento para este fim.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA JURÍDICO	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Autorização para recolhimento de despesas processuais (custas, depósitos recursais, taxas e preparos).	• Coordenador de Contencioso e de Direito Trabalhista e Penal.
2. Autorização para- pagamentos de condenações judiciais: a) valores inferiores a R$ 200.000,00. b) valores inferiores a R$ 400.000,00. c) valores inferiores a R$ 800.000,00. d) valores acima de R$ 800.000,00.	a) Coordenador de Contencioso e de Direito Trabalhista e Penal em conjunto com o Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Contenciosas. b) Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Contenciosas em conjunto com o Consultor Jurídico. c) Consultor Jurídico em conjunto com o Diretor de Governança Corporativa e Jurídico d) Diretor de Governança Corporativa e Jurídico em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas
3. Autorização para celebração de acordos em processos extrajudiciais e judiciais: a) valores inferiores a R$ 800.000,00. b) valores acima de R$ 800.000,00.	a) Requisição do Consultor Jurídico aprovada pelo Diretor de Governança Corporativa e Jurídico em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas. b) Requisição do Consultor Jurídico aprovada pela Diretoria Executiva.
4. Autorização para parcelamentos de débitos em processos extrajudiciais e judiciais: a) valores inferiores a R$ 400.000,00. b) valores inferiores a R$ 800.000,00. c) valores acima de R$ 800.000,00.	a) Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Contenciosas em conjunto com o Consultor Jurídico b) Consultor Jurídico em conjunto com o Diretor de Governança Corporativa e Jurídico c) Diretor de Governança Corporativa e Jurídico em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas
5. Concessão de poderes mediante procuração ad judicial	• Diretor de Governança Corporativa e Jurídico

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA FINANÇAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Atesto de Notas Fiscais e comprovantes decorrentes de aquisições/contratações realizados pelo FRCP e Cartão Empresarial .	• Diretor ou Titular de função de confiança formalmente indicado pelo mesmo para este fim. • Gerente de Departamento ou correlato. • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa (CE, DF, PB, RN, SC e SP) • Gerente de Unidade de Desenvolvimento
2. Atualização do valor do Fundo Rotativo de Caixa Pequeno.	• Gerente do Departamento Financeiro.
3. Atualização do limite de aquisições pelo fundo rotativo de caixa pequeno.	• Gerente do Departamento Financeiro.
4. Liberação de pagamentos de tributos e de folha de remunerações de empregados.	• Gerente do Departamento Financeiro
5. Liberação de pagamentos diversos	• Conforme definido na Tabela do Anexo III desta Resolução
6. Relevação de Multa: a) Valores até R$ 10.000,00. b) Valores superiores a R$ 10.000,00.	a) Gerente do Departamento de Compras, Gerente da Divisão de Gestão Administrativa, Gerente de Unidade de Desenvolvimento. b) Diretor de Administração e Pessoas, Diretor da Área contratante.
7. Autorização de Pagamento Extrajudicial de Multas e Encargos Tributários: a) Valores até R$ 5.000,00. b) Valores até R$ 250.000,00. c) Valores acima de R$ 250.000,00.	a) Gerente do Departamento Financeiro. b) Diretor de Administração e Pessoas. c) Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
FINANÇAS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
8. Autorização para entrada na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal ou órgão similar que venha a ser criado para arguir créditos pendentes junto aos clientes.	Diretoria Executiva
9. Liberação de encargos por atraso (multa, juros e correção), por finalidade fundamentada em análise financeira. a) Até R$ 100.000. b) De R$ 100.001 até R$ 200.000. c) De R$ 200.001 até R$ 500.000. d) Acima de R$ 500.000.	a) Gerente do Departamento Financeiro. b) Superintendente Financeiro. c) Diretoria Executiva. d) Conselho de Administração.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
COMERCIAL	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Assinatura de Proposta Comercial a) Proposta de valor total até R$ 1.000.000,00. b) Proposta de valor acima de R$ 1.000.000,00.	a) Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial; b) Superintendente de Comercial e Mercados Diretor de Relacionamento e Negócio ou titular de função de confiança formalmente indicado pelo mesmo para este fim.
2. Assinatura de Contratos com os Clientes a) Contratos de valor total até R$ 1.000.000,00. b) Contratos de valor total até R$ 5.000.000,00 c) Contratos de valor acima de R$ 5.000.000,00	a) Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial em conjunto com o Superintendente de Relacionamento Comercial e Mercados b) Superintendente de Relacionamento Comercial e Mercados em conjunto com o Diretor de Relacionamento e Negócio c) Diretor de Relacionamento e Negócio em conjunto com o Presidente.
3. Assinatura de Termos de Cooperação e Convênios Comerciais com ônus para a Empresa.	• Diretores das áreas envolvidas em conjunto com o Presidente.
4. Assinatura de Termos de Cooperação e Convênios Comerciais sem ônus para a Empresa.	• Diretores das áreas envolvidas
5. Proposta de Atendimento	• Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial.

CPL
fls 162

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls. 163

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, no tocante aos assuntos relacionados à autorização para movimentação de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS dos empregados da outorgante, e específicos para assinar termos de abertura e encerramento das fichas de registro de empregados para o Ministério do Trabalho e Emprego, preparar e assinar AM - Autorização de Movimentação do FGTS; assinar carteiras de trabalho (CTPS) e fornecer atestados comprobatórios do vínculo empregatício dos empregados da Empresa; funcionar como preposto em causas trabalhistas, perante a Justiça competente; representar a outorgante no Ministério do Trabalho e Emprego – SRTE e Sindicatos, nos casos de homologação de rescisão de contrato de trabalho; representar a outorgante nos assuntos específicos de administração local, perante todos os Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais – incluindo a Receita Federal do Brasil – RFB, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Junta Comercial, bem como instituições privadas, incluindo SERASA EXPERIAN.	• Diretor de Administração e Pessoas
2. Aos Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais – incluindo a Receita Federal do Brasil – RFB, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Junta Comercial, representar a Outorgante perante as Secretarias de Fazenda de todos os Municípios do Estado, para tratar de assuntos relativos à emissão de Notas Fiscais e Imposto sobre Serviços – ISS	• Diretor de Administração e Pessoas

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls. 169

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
3. A Prefeitura Municipal de São Paulo, perante a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo – SEFAZ/SEPLAG São Paulo, perante a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, perante o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e perante o SERASA EXPERIAN, relacionados ao CNPJ da matriz da Outorgante, de nº 42.422.253/0001-01, e ao CNPJ da sua filial São Paulo, de nº 42.422.253/0019-22, no que diz respeito à tratativa de assuntos relativos ao levantamento de existência de alguma negativação em nome da Outorgante, referente aos CNPJ's acima informados,	• Diretor de Administração e Pessoas
4. Perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-DF, no tocante aos assuntos relacionados à autorização para movimentação de contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS dos empregados da outorgante, e específicos para assinar termos de abertura e encerramento das fichas de registro de empregados para o Ministério do Trabalho e Emprego, preparar e assinar AM – Autorização de Movimentação do FGTS; assinar carteiras de trabalho (CTPS) e fornecer atestados comprobatórios do vínculo empregatício dos empregados da Empresa; perante o BANCO DO BRASIL S.A. para cadastramento PIS/PASEP, assim como outros assuntos pertinentes; funcionar como preposto em causas trabalhistas, perante a Justiça competente; representar a outorgante no Ministério do Trabalho e Emprego – SRTE e Sindicatos, nos casos de homologação de rescisão de contrato de trabalho; representar a outorgante nos assuntos específicos de administração local, perante todos os Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais – incluindo a Receita Federal do Brasil – RFB, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Junta Comercial, bem como instituições privadas, incluindo SERASA EXPERIAN.	• Diretor de Administração e Pessoas

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbaIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 165

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
5. Outorga amplos e gerais poderes para legalização de instalações e projetos do imóvel localizado à rua Cosme Velho n.o 6, Cosme Velho, Rio de Janeiro – RJ; com o fito específico de representa-lo junto Corpo de Bombeiros Militar do Estado do RJ, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro perante a Secretaria Municipal de Urbanismo, com poderes para requerer, solicitar, baixar e alterar processos, certificados e licenças, enfim, todos os demais atos necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato e que necessite de sua presença, outorga ou assinatura, inclusive substabelecer, responsabilizando-se por todos os atos praticados no cumprimento deste instrumento por tempo indeterminado.	• Diretor de Administração e Pessoas
6. Fito especifico de representá-lo junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente do RJ, SMAC e junto à Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, com poderes para abrir processos administrativos em geral, atender e responder intimações, notificações, auto de constatação, auto de infração, acompanhar processos administrativos, fazer reunião, receber documentos, protocolar documentação, responder em nome da empresa, e todo contato e tramitação dentro do órgão,	• Diretor de Administração e Pessoas
7. Outorga amplos e gerais poderes para tratativas técnicas e comerciais junto à LIGHT Serviços de Eletricidade S/A, com poderes para requerer, solicitar, baixar e demais assuntos correlatos ao processo para atender à unidade consumidora localizada à Rua Cosme Velho n.o6, Cosme Velho, Rio de Janeiro/RJ,	• Diretor de Administração e Pessoas

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 166

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
8. Confere poderes para, perante o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP BRASIL, o SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados, a CERTISIGN - Certificado Digital S.A , o SERASA Experian, a DIGISEC - Certificação Digital ou outras entidades de certificação ou de emissão de certificados digitais, a fim de viabilizar, em conjunto ou individualmente, a prática de todos os atos para aquisição de certificados digitais,	• Diretor de Tecnologia e Operações
9. Perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou do BANCO DO BRASIL S.A., no Rio de Janeiro, com a finalidade específica para levantamento de Depósitos Recursais em nome da Outorgante, podendo, para tanto, assinar recibo, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos necessários e indispensáveis ao fiel cumprimento do presente mandato. Os depósitos levantados devem ser comunicados oficialmente pelos Outorgados ao titular da Consultoria Jurídica – CJUR da Outorgante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do levantamento.	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente
10. Perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, outorga os poderes necessários para assinar as Autorizações para Levantamento de Cauções expedidas em nome da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV,	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente
11. Perante o BANCO DO BRASIL S.A. e o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), podendo para tanto apresentar, em conformidade com a Cláusula Décima Quinta – Garantias do Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº. 40/01264-6, celebrado em 30/12/2015, as garantias contratuais negociadas, em especial a garantia de penhor de duplicatas de prestação de serviços físicas e/ou escriturais, bem como a adoção das demais medidas necessárias relacionadas ao objetivo contratual discriminado nesta procuração.	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsiYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 167

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
12. Para representar a Outorgante perante o BANCO CENTRAL , com a finalidade de permitir o acesso ao CADIN – Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal, e praticar, enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao cabal cumprimento deste mandato	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente
13. Perante a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, podendo, para tanto, movimentar a conta corrente que a Outorgante mantém naquela agência, requisitar, emitir cheques, efetuar depósitos na conta corrente, por meio de cheques endossados, autorizar débitos e transferências de pagamentos através de cartas, meio magnético e/ou meio eletrônico	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente
14. Representar a Outorgante perante o BANCO DO BRASIL S.A./DF, Agência Corporate (3307-03) da Conta Corrente 5.417-8, podendo para tanto, movimentar a conta corrente que a Outorgante mantém naquela agência, consultar saldos e requisitar extratos via gerenciador financeiro, requisitar, emitir cheques, efetuar depósitos na referida conta corrente, por meio de cheques endossados, autorizar débitos e transferências de pagamento através de carta, meio magnético e/ou meio eletrônico, e praticar, enfim, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao cabal cumprimento deste mandato,	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 168

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
15. Perante o BANCO DO BRASIL S.A./DF, Agência Corporate (3307-03) da Conta Corrente 5.321-X, podendo, para tanto, movimentar a conta corrente que a Outorgante mantém naquela agência, as operações de conta corrente, tais como abrir ou encerrar contas, solicitar saldos e extratos de contas correntes, autorizar consulta ao SCR/BACEN, efetuar saques conta corrente/conta poupança, investimentos e operações, cancelar, baixar, sustar, endossar e contra-ordenar cheques, requisitar talonário de cheques e retirar cheques devolvidos; efetuar transferências e pagamentos por meio eletrônico por meio do Gerenciador Financeiro, liberar arquivos de pagamento, assinar contrato de câmbio e seus respectivos aditivos, averbações e assinar boleto de câmbio, firmar convênios e assinar termo de adesão, utilizar o crédito aberto na forma e condições, efetuar ou solicitar aplicações e resgates por carta e/ou por e-mail (fundos, poupança, CDB e demais investimentos), consultar saldo/extrato de depósitos judiciais, bem como solicitar/baixar relatórios depósitos judiciais, receber, passar recibo e dar quitação, emitir comprovantes, autorizar cobrança e consultar obrigações do Débito Direto Autorizado – DDA,	• Diretor de Administração e Pessoas em conjunto com o Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 169

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
PROCURAÇÕES	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
16. Aos quais confere poderes da cláusula "AD JUDICIA" para o foro em geral, na forma dos artigos 105, §2º e §3º c/c 287 da Lei 13.105/2015 e artigo 5º, §2º da Lei 8.906/94, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e os especiais para ajuizar ação rescisória, mandado de segurança e reclamações, receber citações e intimações, transigir, desistir, acordar, discordar, dar e receber recibos e quitação, inclusive à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF, para recebimento de alvarás judiciais e/ou depósitos recursais, expedidos em nome da Outorgante e devidamente mencionados, efetuados nas contas vinculadas ao FGTS, em nome de empregados, reclamantes e representá-la junto à JUSTIÇA FEDERAL, DO TRABALHO E ESTADUAL, na qualidade de preposto, bem como representá-la perante todos os Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais – incluindo a Receita Federal do Brasil – RFB, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, bem como instituições privadas, inclusive Juntas Comerciais e também perante o SERASA EXPERIAN, em todo o território nacional, podendo ainda: revogar mandatos, nomear prepostos, constituir advogados para atuar, em juízo ou fora dele, nas ações judiciais e nos processos administrativos pelo prazo que perdurarem, tudo requerendo e assinando, pedindo vista de processos, cumprindo exigências, juntando e retirando documentos, requerendo certidões necessárias, e tudo mais promovendo e praticando todos os demais atos pertinentes e necessários, em conjunto ou separadamente, ao fiel cumprimento do presente mandato, podendo substabelecer.	• Diretor de Governança Corporativa e Jurídica

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 1880

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
DIVERSOS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
1. Assinatura de Correspondência Externa.	• Gerente de Divisão ou correlato; • Gerente de Serviço de Gestão Administrativa
2. Assinatura de Comunicação de Serviço.	• Gerente de Divisão ou correlato;
3. Assinatura de Comunicação Normativa	• Superintendente ou correlato; • Gerentes de Departamento ou correlato subordinados diretamente à Presidência e às Diretorias; • Ouvidor.
4. Assinatura de Norma. a) Elaboração b) Chancela c) Aprovação	a) Superintendente ou correlato, Gerentes de Departamento ou correlatos subordinados diretamente à Presidência e às Diretorias e o Ouvidor. b) Consultor Jurídico (as exceções estão indicadas no Anexo IV) c) Diretor (as exceções estão indicadas no Anexo IV).
5. Assinatura de Ofício (Exceto para os órgãos relacionados no item 7 desta mesma tabela).	• Diretor • Superintendente ou correlato; • Gerente do Departamento responsável pelo Data Center; • Gerente da Divisão de Gestão Administrativa (para assuntos regulares restritos à área de atuação da localidade).
6. Assinatura de Ofício para: Tribunais de Contas, Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Legislativo, APE – Assessoria de Pesquisa Estratégica, Forças-Tarefa e similares.	• Presidente. • Coordenador Geral do Gabinete da Presidência • Consultor Jurídico • Secretário Executivo • Superintendente de Auditoria Interna
7. Assinatura de Ofício (assuntos relacionados ao tratamento comercial com clientes).	• Gerente do Departamento de Relacionamento Comercial;
8. Assinatura de Ofício (assuntos relacionados à Corregedoria)	• Corregedor
9. Assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta	• Corregedor • Diretor da Área • Presidente

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 171

ANEXO I

TABELA DE COMPETÊNCIA	
DIVERSOS	
ASSUNTO	**COMPETÊNCIA**
10. Aplicação de sanções de advertência e suspensão em processo de sindicância	• Corregedor
11. Constituição de Grupo de Trabalho.	• Superintendente ou correlato.
12. Divulgação e Propaganda Institucional.	• Presidente e Coordenador Geral de Comunicação
13. Representação da Presidência perante Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais.	• Diretor • Consultor Jurídico
14. Autorização e renovação de solicitação para acesso remoto VPN para empregados da Dataprev, requisitados e prestadores de serviços	• Diretor ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim.
15. Autorização de acesso aos sistemas internos para leitura, aos auditores externos.	• Diretor ou titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim; • Coordenador Geral de Auditoria Interna
16. Constituição e julgamento de Processo Administrativo de Responsabilização e de Sindicância Patrimonial	• Presidente • Corregedor

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAc e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 172

ANEXO II

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 173

DATAPREV

ANEXO II

TABELA DE VALORES DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E PRORROGAÇÕES CONTRATUAIS COM FORNECEDORES

<table>
<tr><th rowspan="3">LIMITES (R$)</th><th rowspan="3">APROVAÇÃO DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS (Protheus)</th><th colspan="2">APROVAÇÃO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO, PRORROGAÇÃO, DO TERMO DE REFERÊNCIA E DA MOTIVAÇÃO (FÍSICO)</th><th colspan="4">COMPRAS, CONTRATAÇÕES E PRORROGAÇÕES</th></tr>
<tr><th rowspan="2">DEMANDAS PREVISTAS NO PORTIFÓLIO DE AQUISIÇÕES DO PA (1)</th><th rowspan="2">DEMANDAS NÃO PREVISTAS NO PORTIFÓLIO DE AQUISIÇÕES DO PA</th><th rowspan="2">ADJUDICAÇÃO</th><th colspan="2">HOMOLOGAÇÃO</th><th rowspan="2">ASSINATURA DO PEDIDO DE COMPRAS, CONTRATO, TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</th><th rowspan="2">AUTORIZAÇÃO DE CONSUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS</th></tr>
<tr><th>QUANTO AOS ATOS ADMINISTRATIVOS DA CONTRATAÇÃO</th><th>QUANTO AOS ELEMENTOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO</th></tr>
<tr><td>Até 100.000,00</td><td rowspan="7">Gerente da Divisão de Contratações ou da Divisão de Revisão e Controle de Contratos

Titular de função de confiança, formalmente indicado pelo Diretor para este fim</td><td rowspan="2">Gerente do Departamento ou correlato</td><td rowspan="2">Gerente do Departamento ou correlato</td><td>Pregoeiro ou CEL

Gerente do Serviço de Contratações de TIC ou de Contratações Diversas ou de Contratações Diretas ou de Revisões de Contratos de TIC ou de Revisões de Contratos Diversos</td><td rowspan="2">Gerente do Departamento de Compras</td><td>Gerente do Departamento da Área</td><td>Gerente da Divisão de Contratações ou da Divisão de Revisão e Controle de Contratos em conjunto com o Gerente do Departamento de Compras</td><td rowspan="2">Gerente do Departamento da Área em conjunto com Superintendente da Área</td></tr>
<tr><td>Até 400.000,00</td><td rowspan="2">Pregoeiro ou CEL ou Gerente da Divisão de Contratações ou da Divisão de Revisão e Controle de Contratos</td><td>Superintendente da Área</td><td>Gerente do Departamento de Compras em conjunto com o Gerente do Depatamento da Área ou correlato</td></tr>
<tr><td>Até 800.000,00</td><td>Superintendente ou correlato</td><td>Superintendente ou correlato em conjunto com o Diretor da Área</td><td rowspan="2">Gerente do Departamento de Compras em conjunto com o Superintendente de Serviços Logísticos</td><td rowspan="3">Superintendente da Área em conjunto com Diretor da Área</td><td>Gerente de Departamento da Área em conjunto com o Superintendente da Área</td><td rowspan="3">Superintendente da Área em conjunto com o Diretor da Área</td></tr>
<tr><td>Até 1.500.000,00</td><td>Diretor da Área</td><td>Diretor da Área</td><td rowspan="3">Pregoeiro ou CEL

Gerente do Departamento de Compras</td><td>Superintendente da Área em conjunto com Diretor da Área.</td></tr>
<tr><td>Até 25.000.000,00 (2)</td><td rowspan="2">Diretoria Executiva</td><td>Diretoria Executiva</td><td rowspan="2">Superintendente de Serviços Logísticos em conjunto com o Diretor de Administração e Pessoas</td><td rowspan="2">Presidente em conjunto com Diretor da Área</td></tr>
<tr><td>Até 147.500.000,00 (3)</td><td rowspan="2">Diretoria Executiva e Conselho de Administração</td></tr>
<tr><td>Acima de 147.500.000,00 (3)</td></tr>
</table>

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

Nota: (1) Portifólio de Aquisição apreciadas e aprovadas pelo Conselho de Administração.
(2) Valor referente ao período máximo de 60 meses, desde que não ultrapasse o valor de R$ 5.000.000,00 a cada 12 meses da assinatura do contrato
(3) Valor referente ao período máximo de 60 meses, desde que não ultrapasse o valor de R$ 29.500.000,00 a cada 12 meses da assinatura do contrato

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 175

ANEXO III

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 176

ANEXO III

TABELA DE FINANÇAS

LIMITES DE VALORES (em R$)	LIBERAÇÃO DE PAGAMENTOS
Até 50.000,00	• Gerente do Serviço de Tesouraria
Até 250.000,00	• Gerente da Divisão de Tesouraria e Planejamento ou da Divisão de Pagadoria e Faturamento
Até 500.000,00	• Gerente do Departamento Financeiro
Até 1.000.000,00	• Superintendente de Finanças
Acima de 1.000.000,00	• Diretor de Administração e Pessoas

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 177

ANEXO IV

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 178

ANEXO IV

GRADE DE EXCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE NORMAS

ATIVIDADE	TÍTULO	ELABORAÇÃO	CHANCELA	APROVAÇÃO
Logística	N/LG/011 Utilização da Frota de Veículos	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Logística	N/LG/012 Acesso às Dependências da Empresa	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Logística	N/LG/015 Utilização da Telefonia Fixa	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Logística	N/LG/016 Movimentação e transferência de responsabilidade de bens patrimoniais	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Logística	N/LG/017 Uso de Aparelho Telefônico Móvel Celular	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Logística	N/LG/020 Inventário físico de bens patrimoniais próprios e de terceiros	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Logística	N/LG/021 Cadastramento de bens patrimoniais próprios e de terceiros	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 179

ANEXO IV

GRADE DE EXCEÇÃO PARA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE NORMAS

ATIVIDADE	TÍTULO	ELABORAÇÃO	CHANCELA	APROVAÇÃO
Planejamento e Organização	N/PO/005 Formação e Movimentação de Processos Administrativos	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Planejamento e Organização	N/PO/006 Recepção e Expedição de Documentos e Encomendas	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos
Suprimentos	N/SU/007 Guarda, Atendimento e Distribuição de Materiais e Equipamentos	Gerente do Departamento de Gestão de Ambientes e Serviços Administrativos	Gerente do Departamento Jurídico de Demandas Consultivas	Superintendente de Serviços Logísticos

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbsIYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls 180

ANEXO V

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

CPL
fls. 181

ANEXO V

TABELA DE SUPRIMENTOS - AUTORIZAÇÃO DE REVISÕES CONTRATUAIS (REPACTUAÇÃO, REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)

LIMITES DE VALORES SOBRE O VALOR TOTAL DO CONTRATO	COMPETÊNCIA
Até R$ 50.000,00.	• Gerente da Divisão de Revisão e Controle de Contratos, em conjunto com DECP.
Até R$ 200.000,00.	• Gerente do Departamento de Compras, em conjunto com o Superintendente de Serviços Logísticos.
Até R$ 400.000,00.	• Superintendente de Serviços Logísticos em conjunto com o Superintendente da Área demandante.
Até R$ 750.000,00	• Superintendente de Serviços Logísticos em conjunto com o Diretor da Área demandante.
Até R$ 5.000.000,00 (DEMANDAS NÃO PREVISTAS NO PORTIFÓLIO DE AQUISIÇÕES) Até R$ 29.500.000,00 (DEMANDAS PREVISTAS NO PORTIFÓLIO DE AQUISIÇÕES)	• Diretoria Executiva.
Acima de R$ 5.000.000,00 (DEMANDAS NÃO PREVISTAS NO PORTIFÓLIO DE AQUISIÇÕES) Acima de R$ 29.500.000,00 (DEMANDAS PREVISTAS NO PORTIFÓLIO DE AQUISIÇÕES)	• Conselho de Administração.

Documento assinado eletronicamente por GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Autenticidade e dados de assinatura podem ser conferidos em:
http://edoc.dataprev.gov.br/verificarAutenticidadeDocumento.xhtml
Informando o código de verificação 5DbslYAo e o contra código Bvow35W5

DATAPREV

CPL
fls 182

Assinado digitalmente por:

Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto (Aprovador)

DATAPREV

Demonstrações Contábeis
Em 30 de Junho de 2021

CPL
fls 183

DAP/SUFI/DEGC
JUNHO/2021

CPL
fls 184

Sumário

Balanço Patrimonial – Ativo 3
Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido 4
Demonstração do Resultado – DRE 5
Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC 6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL 7
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL 8
1.1) Impactos da COVID 8
NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 9
NOTA 3 – MOEDA FUNCIONAL 9
NOTA 4 – USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS 9
NOTA 5 – DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 9
NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 11
6.1) Aplicações Financeiras 11
6.2) Bloqueios Judiciais 12
NOTA 7 – CLIENTES 12
7.1) Valores a Receber – Circulante 12
7.2) Valores a Receber – Não Circulante 12
7.3) Idade do Saldo de Contas a Receber 13
7.4) Principais Contratos 13
7.5) Encargos sobre Faturas Recebidas com Atraso 14
NOTA 8 – TRIBUTOS A RECUPERAR 15
NOTA 9 – VALORES RECUPERÁVEIS 15
NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES 15
NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVOS 16
NOTA 12 – ADOÇÃO DO DIFERIMENTO DE RECEITAS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS – PASSIVOS 17
NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS 17
NOTA 14 – IMOBILIZADO 18
NOTA 15 – INTANGÍVEL 19
NOTA 16 – FORNECEDORES 20
NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS 20
17.1) Provisão para Contingências Trabalhistas 20
17.2) Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis 22
NOTA 18 – PLANO DE SAÚDE PÓS-EMPREGO 23
NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO 24
19.1) Capital Social 24
19.2) Saldos do Patrimônio Líquido 24
NOTA 20 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 25
NOTA 21 – RESULTADO DO EXERCÍCIO 25
21.1) Custos e Despesas por Natureza 26
21.2) Resultado Financeiro 26
21.3) Outras Receitas (Despesas) Operacionais 27
21.4) Lucro Líquido 28
NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 28
22.1) Contratos de Imóveis – SERPRO e SPU 29
22.2) Remuneração aos Dirigentes e Empregados 29
22.3) Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV – PREVDATA 30
22.4) Transação com Entidades Governamentais – FINAME 30
22.5) Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS 30
NOTA 23 – PROGRAMA DE PRIVACIDADE 31
NOTA 24 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE 31

CPL
fls 185

Balanço Patrimonial – Ativo

DATAPREV

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARATIVO COM 2020

(Em milhares de R$)

ATIVO

	NOTA	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO CIRCULANTE			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	06	**1.055.235**	**1.071.390**
CLIENTES	07	**176.127**	**200.374**
ESTOQUES		**72**	**68**
OUTROS CRÉDITOS			
Adiantamentos a Empregados		21.024	6.348
Adiantamentos a Terceiros		169	156
Contas a Receber de Convênios		225	227
Tributos a Recuperar	08	27.953	28.145
Valores Recuperáveis	09	9.302	6.049
TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS		**58.674**	**40.926**
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTES		**123**	**2.312**
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**1.290.231**	**1.315.070**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Provisão Imposto de Renda Diferido	11	53.725	58.747
Provisão Contribuição Social Diferida	11	19.345	21.157
Depósitos Judiciais	13	14.450	16.438
Títulos e Valores Mobiliários		128	120
Valores a Receber	07	355.909	342.610
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**443.557**	**439.073**
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL			
Imobilizado	14	252.091	277.101
Intangível	15	85.054	102.756
TOTAL DE IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		**337.145**	**379.856**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**780.702**	**818.928**
TOTAL DO ATIVO		**2.070.933**	**2.133.999**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CPL
fls 186

Balanço Patrimonial – Passivo e Patrimônio Líquido

DATAPREV

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARATIVO COM 2020

(Em milhares de R$)

PASSIVO

	NOTA	30/06/2021	31/12/2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	83.934	104.817
Empréstimos e Financiamentos		-	554
Contas a Pagar		2.002	2.002
Salários e Encargos		15.376	18.713
Provisão para Encargos Trabalhistas		126.224	95.760
Provisão para Litígios Trabalhistas	17	114.584	120.792
Provisão para Litígios Cíveis	17	177	22.592
Impostos e Taxas a Recolher		45.640	41.514
Plano de Saúde Pós Emprego		718	-
Obrigação Atuarial		9.870	13.991
Juros S/ Capital Próprio e Dividendos Propostos		-	188.884
Provisão para Participação nos Resultados		6.527	22.455
Outras Obrigações		10.459	15.118
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		**415.511**	**647.194**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	12	45.486	53.349
Provisão para Litígios Fiscais	17	1.430	4.038
Obrigação Atuarial		822	772
Plano de Saúde Pós Emprego	18	13.716	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**61.453**	**58.159**
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		**476.965**	**705.352**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	19	950.000	950.000
Reservas de Lucros		478.647	478.647
Resultado do Exercício		165.322	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.593.969**	**1.428.647**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		**2.070.933**	**2.133.999**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CPL
fls 187

Demonstração do Resultado – DRE

DATAPREV

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de R$)

FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021, COMPARATIVO COM 2020

	NOTA	30/06/2021	30/06/2020	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		362.983	329.851	724.116	662.026
Custos dos Serviços Prestados		(197.152)	(212.216)	(388.518)	(422.662)
LUCRO BRUTO		165.831	117.635	335.599	239.364
DESPESAS OPERACIONAIS		**(52.832)**	**(65.625)**	**(103.300)**	**(128.894)**
Honorários da Diretoria		(758)	(585)	(1.443)	(1.178)
Despesas Estruturais		(52.073)	(65.040)	(101.856)	(127.716)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(11.357)**	**(447)**	**(6.170)**	**181**
Outras Receitas Operacionais		8.821	6.305	16.158	12.160
Outras Despesas Operacionais		(20.178)	(6.752)	(22.329)	(11.979)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		101.643	51.563	226.128	110.651
RESULTADO FINANCEIRO		**14.029**	**11.806**	**22.174**	**26.816**
Receitas Financeiras		15.992	12.493	25.710	28.893
Despesas Financeiras		(1.963)	(687)	(3.536)	(2.077)
LUCRO OPERACIONAL		115.672	63.369	248.302	137.467
OUTROS RESULTADOS		-	-	-	(2)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		115.672	63.369	248.302	137.465
Provisão para Contribuição Social Corrente	10	(14.513)	(5.500)	(21.578)	(9.821)
Provisão para Contribuição Social Diferida		4.150	(186)	(777)	(2.141)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		105.309	57.683	225.947	125.503
Provisão para Imposto de Renda Corrente	10	(39.353)	(14.889)	(58.467)	(26.537)
Provisão para Imposto de Renda Diferido		11.527	(517)	(2.158)	(5.948)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21	77.483	42.277	165.322	93.018

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

CPL
fls 188

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

DATAPREV

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de R$)

EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARATIVO COM 2020

	30/06/2021	30/06/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	165.322	93.018
Imposto de renda e contribuições diferidos	2.935	8.090
Depreciações / Amortizações	45.729	49.496
Provisões Constituídas	20.987	8.644
Atualização do déficit técnico contratado	899	420
Resultado das baixas do imobilizado	-	2
Reversão de provisões	(6.052)	(1.845)
Baixa de valores irrecuperáveis	33	1.119
Outros	(98)	1.106
REDUÇÃO (AUMENTO) DE ATIVOS	**(2.668)**	**(86.889)**
Contas a receber de clientes	24.216	(69.813)
Estoques	(4)	2
Adiantamentos a receber de empregados	(14.676)	(11.239)
Adiantamentos a terceiros	(14)	411
Contas a receber convênios	3	(82)
Impostos a recuperar	190	(2.860)
Valores recuperáveis	(3.253)	(3.007)
Despesas antecipadas	2.188	3.131
Depósitos judiciais (Não Circulante)	1.989	(190)
Títulos e valores mobiliários	(8)	-
Valores a receber (Não Circulante)	(1.163)	(157)
Faturas a Receber (Não Circulante)	(12.136)	(3.086)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS	**(239.768)**	**(19.368)**
Fornecedores	(20.883)	8.715
Contas a pagar	-	93
Salários e encargos	(3.337)	(2.790)
Impostos e taxas a recolher	4.126	(4.650)
Outras Obrigações	(4.660)	(6.830)
Juros s/ capital próprio e dividendos	(188.884)	(35.101)
Provisão para participação no resultado (PPLR)	(13.267)	122
Obrigação Atuarial (Circulante)	(5.270)	(5.459)
Obrigação Atuarial (Não Circulante)	50	-
Provisão Reclamações Trabalhistas (Circulante)	(9.731)	(5.249)
Provisão Litígios Cíveis (Circulante)	(22.422)	-
Provisão p/ encargos trabalhistas	30.464	22.814
Contribuições Sociais Diferidas	(3.964)	8.968
Provisão p/ litígios fiscais	(1.989)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(12.681)**	**53.792**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	(2.569)	(4.197)
Aquisição de Intangível	(350)	(5.527)
Venda de Imobilizado	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(2.919)**	**(9.723)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos de Longo Prazo	(554)	(3.327)
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos Propostos		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(554)**	**(3.327)**
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	**(16.155)**	**40.742**
SALDO DAS DISPONIBILIDADES		
No início do exercício	1.071.390	805.027
No fim do exercício	1.055.235	845.769
(Aumento) redução DAS DISPONIBILIDADES	**(16.155)**	**40.742**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

OPL
fls 190

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA DATAPREV S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV S.A., Empresa Pública sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, é regida pela Lei nº 6.125, de 4 de novembro de 1974, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo Estatuto Social aprovado em 11 de fevereiro de 2021 na 16ª Assembleia Geral Extraordinária e demais legislações aplicáveis.

A DATAPREV tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, prazo de duração indeterminado, podendo estabelecer dependências administrativas e operacionais onde julgar necessárias ao bom desempenho de suas finalidades.

A DATAPREV tem por objetivo a análise de sistemas, a programação e execução de serviços de tratamento na informação e o processamento de dados através de computação eletrônica, bem como a prestação de outros serviços correlatos, sem prejuízo de suas atividades principais e em harmonia com a política governamental, poderá prestar serviços a terceiros.

Sua visão é ser referência mundial em soluções digitais de governo.

1.1) Impactos da COVID

A DATAPREV está entre os principais parceiros do governo federal e participa efetivamente na implantação de soluções dos auxílios emergenciais concedidos a pessoas em 2021. No âmbito interno foram realizadas ações pela Empresa a fim de preservar a saúde de seus colaboradores de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Sars-Cov-2 (COVID-19 coronavírus).

Em conformidade com o OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 825/2020/ME, de 13 de março de 2020, emitido pelo Ministério da Economia, no qual constam recomendações a serem adotadas em relação ao risco de propagação do Sars-Cov-2 cuja situação demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde dos empregados, a fim de evitar a disseminação da COVID-19, a DATAPREV criou um Comitê de Crise, constituído por empregados de diversas áreas, para implantar medidas a fim de preservar e assegurar a saúde dos seus empregados. Neste sentido, foi adotado o regime de teletrabalho, cancelamentos de eventos presenciais e redução de viagens, utilizando tecnologias de teleconferência e videoconferência para reuniões internas e externas.

CPL
fls 192

forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

Esse conceito geral é aplicado para as receitas geradas pelas atividades da DATAPREV, a saber:

1) Receita de Prestação de Serviços – As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

Para o reconhecimento da receita a DATAPREV utiliza-se do modelo de cinco etapas previsto no CPC 47 para determinar quando reconhecer a receita:

i) identificação do contrato;

ii) identificação das obrigações de desempenho;

iii) determinação do preço da transação;

iv) alocação do preço da transação; e

v) aceite do cliente e reconhecimento da receita.

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. As receitas de prestação de serviços são provenientes dos segmentos de processamentos de dados, desenvolvimento de software e suporte técnico. Essas receitas são reconhecidas ao longo do tempo para clientes privados, utilizando método de produto de acordo com os dados processados. Para os clientes públicos em que a obrigação de desempenho ocorre mensalmente, as receitas são reconhecidas em momento específico conforme as características dos produtos.

2) Receitas e despesas financeiras – As receitas e despesas financeiras de instrumentos financeiros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros, assim como os valores referentes à atualização a valor justo, são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em fundo de curto prazo, aplicações em operações compromissadas, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Instrumentos Financeiros – Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixas dos instrumentos de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. São mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados em uma das categorias:

CPL
fls 193

i) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado;

ii) instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado; ou

iii) instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais instrumentos financeiros da DATAPREV são fundos extramercado que são investimentos de curto prazo, geralmente classificados como caixa e equivalentes de caixa, uma vez que podem ser resgatados para fins de fluxo de caixa.

A tabela abaixo apresenta as categorias de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 09):

Ativo/Passivo Financeiro	Nota	Categoria de acordo com CPC 48 (IFRS 09)	Valor Contábil CPC 48 (IFRS 09)	
			30/06/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	06	Valor justo por meio do resultado	1.055.235	1.071.390
Contas a Receber de Clientes	07	Custo amortizado	596.338	607.286
Fornecedores	16	Custo amortizado	83.934	104.817
Financiamentos		Valor justo por meio do resultado	-	554

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros realizáveis de forma imediata. Estão sujeitos a risco insignificante de alteração no valor justo, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os saldos são apresentados como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
DISPONÍVEL	**1.055.235**	**1.071.390**
Caixa e Bancos	60	314
Aplicações Financeiras	1.007.156	1.044.897
Títulos em Trânsito	43.537	37
Bloqueios Judiciais	4.482	26.142

6.1) Aplicações Financeiras

Em conformidade com a legislação vigente (Resolução BACEN n° 3.284, de 25 de maio de 05/2005, e Resolução BACEN n° 4.034, de 30 de novembro de 2011), as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da DATAPREV são efetuadas no Banco do Brasil S.A. (BB - Extra Mercado) e na Caixa Econômica Federal (Caixa FI - Extra Mercado).

CPL
fls 194

Detalhamento:

Banco	Saldo Inicial	Saldo Final**	Bloqueio	Juros	IR	IOF	Rendimentos*
CEF	108.030	108.810		710	183	-	0,76%
BB	936.867	898.346	3.110	6.683	1.555	-	0,71%

*Rendimento Bruto Acumulado até a data

**Os saldos refletem a movimentação do período (aplicações, resgates e bloqueios judiciais)

6.2) Bloqueios Judiciais

Referem-se aos registros de bloqueios judiciais em conta corrente e de investimentos da DATAPREV provenientes de processos de natureza cível e trabalhista.

NOTA 7 – CLIENTES

Os saldos das contas a receber registrados no ativo são apresentados como segue:

7.1) Valores a Receber – Circulante

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	67.957	98.504
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	11.963	11.361
Ministério da Economia – ME	15.235	19.697
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	4.448	2.422
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	3.315	3.251
Superintendência Nacional Prev. Complementar – PREVIC	173	173
Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG	72	-
Instituições Financeiras	64.972	62.855
Encargos sobre faturas em atraso	2.494	1.234
Outros	5.498	877
	176.127	200.374

7.2) Valores a Receber – Não Circulante

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	23.282	23.282
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	12.668	12.668
Ministério da Economia – ME	2.408	2.408
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	31.106	31.106
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	2.700	2.814
Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG	31	31
Encargos sobre Faturas em Atraso	315.106	302.856
Outros	812	812
Outras Contas a Receber INSS	32.098	30.935
Contas a Receber Bruto	420.211	406.912
PECLD	(64.302)	(64.302)
	355.909	342.610

CPL
fls 195

7.3) Idade do Saldo de Contas a Receber

Resumo do Contas a Receber em 30 de junho de 2021 por data de vencimento da fatura:

Descrição	Vencido há mais de 365 dias	Vencido de 91 a 365 dias	Vencido até 90 dias	A vencer	Total em 30/06/2021
INSS	28.791	12.601	1.014	48.833	91.239
SRFB	12.668	-	-	11.963	24.631
ME	2.408	1.771	3.481	9.983	17.643
SEPRT	31.106	2.353	480	1.615	35.554
PGFN	2.700	-	-	3.315	6.015
PREVIC	-	-	-	173	173
MPOG	30	1	17	55	103
Instituições Financeiras	-	2.110	1	62.861	64.972
Encargos *	316.449	668	483	-	317.600
Outros	813	85	45	5.367	6.310
PECLD	(64.302)	-	-	-	(64.302)
Outras Contas a Receber INSS	32.098	-	-	-	32.098
	362.761	19.589	5.521	144.165	532.036

7.4) Principais Contratos

As contratações da Administração Pública se fundamentam nos requisitos preconizados nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, estas regulamentadas pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. No tocante aos contratos da DATAPREV, em grande maioria, têm vigências anuais com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, limitados a 60 meses, por definição dos seus clientes. Não é vedado o estabelecimento de prazos superiores a 12 meses, mas há limitação até 60 meses, à conveniência e oportunidade da Administração Pública. Em 30 de junho de 2021 a DATAPREV tinha os seguintes contratos em vigor:

1. Contratos de Prestação de Serviços Estratégicos, Comuns e Exclusivos de Solução de Tecnologia (TI) sob o nº 19/2020 e 20/2020, assinados em 20 de novembro de 2020 com o **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, com vigência até 20 de novembro de 2021.
2. Contrato de Serviços Especializados de Tecnologia da Informação (TI) sob nº 002/2018, assinado em 23 de janeiro de 2018 com a **Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB**, prorrogado por meio do 8º Termo Aditivo com vigência até 12 de dezembro de 2021.
3. Contrato de Serviços Especializados de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) sob o nº 006/2018, assinado em 15 de março de 2018 com o **Ministério do Trabalho – MTB**, alterado para o cliente Ministério da Economia por meio do 3º Termo aditivo, e prorrogado por meio do 4º Termo Aditivo com vigência até 14 de setembro de 2021.
4. Contrato de Prestação Contínua e Ininterrupta dos Serviços de Produção de Sistemas, Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas e Diagnósticos e Proposição de Soluções nº 09/2016, assinado em 01 de outubro de 2016 com a **Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN**, prorrogado por meio do 12º Termo Aditivo com vigência até 31 de julho de 2021.

CPL
fls 196

5. Contrato de Prestação de Serviços de Tecnologia e Informações nº 018/2018, assinado em 24 de dezembro de 2018 com a **Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT**, prorrogado por meio do 3º Termo Aditivo com vigência até 23 de abril de 2022.
6. Contrato de Prestação de Serviços de Sustentação de Sistemas Corporativos sob o nº 06/2018 com a **Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC**, assinado em 11 de junho de 2018, prorrogado por meio do 3º Termo Aditivo com vigência até 10 de dezembro de 2022.
7. Convênios com Instituições Financeiras (diversas) que têm por objeto a operacionalização de empréstimos consignados.

7.5) Encargos sobre Faturas Recebidas com Atraso

A DATAPREV registra na rubrica Contas a Receber os encargos incidentes sobre faturas vencidas e sobre faturas recebidas com atraso do valor principal sem pagamento tempestivo dos juros acessórios. Estes registros são efetuados por força contratual aderente ao artigo 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com base no Acórdão nº 44/2003 proferido pela 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União em sessão realizada no dia 06 de fevereiro de 2003. Embora haja encargos incidentes sobre faturas vencidas, em sua maioria de longa data, a DATAPREV tem mantido a cobrança ativa por meios administrativos e adicionalmente providencia se necessário, o encaminhamento à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) para buscar o recebimento dos seus créditos junto aos seus devedores.

Simultaneamente foram instituídos grupos de trabalho com a DATAPREV e os maiores devedores, que estão discutindo soluções para a realização desses créditos. Pelas ações apresentadas são considerados como recebíveis.

Em 30 de junho de 2021 o valor dos encargos sobre faturas recebidas com atraso montava em R$ 317.600, sendo R$ 2.494 no ativo circulante e R$ 315.106 no ativo não circulante. Em dezembro de 2020 os encargos sobre faturas recebidas com atraso somavam R$ 304.090 como segue:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	226.589	216.657
Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB	13.683	13.073
Ministério da Economia – ME	2.670	2.493
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT	69.914	67.424
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	3.258	3.127
Superintendência Nacional Prev. Complementar – PREVIC	741	724
Ministério do Planejamento e Gestão – MPOG	729	576
Presidência da República – PR	16	16
	317.600	304.090

CPL
fls 197

NOTA 8 – TRIBUTOS A RECUPERAR

Este grupo registra os valores recolhidos ou antecipados a qualquer título, passíveis de ressarcimento ou compensação futura. O imposto de renda (IR) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem principalmente aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, das antecipações de aplicações financeiras e das retenções na fonte referentes a serviços prestados a órgãos públicos. Os saldos de impostos e contribuições a recuperar são apresentados como segue:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IR	12.243	12.090
Contribuição Social – CSLL	3.666	3.620
ISS	4	-
PASEP a recuperar	1.859	1.932
COFINS a recuperar	8.770	9.107
Outros	1.411	1.396
	27.953	28.145

O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CSLL) são relativos aos créditos tributários decorrentes de saldos negativos remanescentes do exercício 2020; os demais tributos são oriundos de pedidos de restituição e de créditos diferidos no exercício 2020 e de exercícios anteriores. A Empresa tem expectativa de realização desses créditos no decorrer do exercício 2021.

NOTA 9 – VALORES RECUPERÁVEIS

Estes registros representam os direitos obtidos pela Empresa de verbas salariais de empregados cedidos a outros órgãos da Administração Pública.

NOTA 10 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

Os saldos do imposto de renda e da contribuição social correntes estão apresentados a seguir:

CPL
fls 198

	2021	2020
Resultado antes da Contribuição Social	**248.302**	**137.465**
Encargo Total da CSLL (9%)	(22.347)	(12.372)
Efeito no cálculo dos tributos:	-	-
Receitas não tributáveis	26.026	15.507
Despesas não dedutíveis	(25.257)	(12.956)
Contribuição Social	**(21.578)**	**(9.821)**
CSLL s/Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	**(777)**	**(2.141)**

	2021	2020
Resultado antes do Imposto de Renda	**248.302**	**137.465**
Encargo Total do IR (25%)	(62.076)	(34.366)
Efeito no cálculo dos tributos:	-	-
Receitas não tributáveis	72.295	43.074
Despesas não dedutíveis	(70.213)	(36.012)
Benefícios Fiscais	1.526	768
Imposto de Renda	**(58.467)**	**(26.537)**
IRPJ s/Ativos e Passivos Fiscais Diferidos	**(2.158)**	**(5.948)**

NOTA 11 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVOS

A contabilização do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CSLL) diferidos ativos foi efetuada considerando as consequências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo fiscal diferido, decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis no futuro e cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização destes ativos.

Em 30 de junho de 2021, a Empresa possuía créditos tributários de imposto de renda (IR) diferidos como segue:

Base de cálculo do imposto de renda (IR) diferido	30/06/2021	31/12/2020
Déficit técnico contratado	10.692	14.763
Provisão para contingências	116.191	147.422
Provisão para honorários de êxito	1.747	1.747
Provisão para perdas (ativo circulante)	191	191
Provisão para perdas estimadas PECLD	64.302	64.302
Provisão de despesas estimadas	7.391	6.658
Provisões para Plano de Saúde Pós Emprego	14.434	-
Base de cálculo	214.948	235.083
Total do imposto de renda diferido	53.725	58.747

A contribuição social (CSLL) diferida, em 30 de junho de 2021, está apresentada a seguir:

CPL
fls 199

Base de cálculo da contribuição social (CSLL) diferida	30/06/2021	31/12/2020
Déficit técnico contratado	10.692	14.763
Provisão para contingências	116.191	147.422
Provisão para honorários de êxito	1.747	1.747
Provisão para perdas (ativo circulante)	191	191
Provisão para perdas estimadas PECLD	64.302	64.302
Provisão de despesas estimadas	7.391	6.658
Provisões para Plano de Saúde Pós Emprego	14.434	-
Base de cálculo	214.948	235.083
Total da contribuição social diferida	19.345	21.157

NOTA 12 – ADOÇÃO DO DIFERIMENTO DE RECEITAS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS – PASSIVOS

A DATAPREV, no ano de 2015, adotou procedimento para diferimento dos tributos referentes aos serviços prestados, computando-os no mês de recebimento das faturas emitidas a órgãos públicos de acordo com o art. 480 do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, e para COFINS, PASEP e CPRB conforme Lei Federal nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e Instruções Normativas da SRF nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e nº 1.436, de 30 de novembro de 2013.

Por se tratar de exclusão temporária da base de cálculo desses tributos e considerando que os efeitos financeiros desses passivos ocorrerão no momento dos recebimentos das faturas referentes a serviços prestados a órgãos públicos e o procedimento de lançamento das faturas geradas, objeto do diferimento, a DATAPREV constituiu provisão para impostos e contribuições diferidos, registrados no passivo não circulante, conforme abaixo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Diferido	22.963	25.826
Contribuição Social Diferida	8.271	9.306
COFINS não cumulativa diferida	6.882	9.113
PASEP não cumulativo diferido	1.580	2.065
Contribuição previdenciária sobre receita bruta diferida	5.790	7.039
	45.486	53.349

NOTA 13 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhistas	10.226	10.261
Fiscais	4.224	6.177
	14.450	16.438

CPL
fls 200

Os depósitos judiciais de causas trabalhistas são registrados conforme determinação da Consultoria Jurídica da DATAPREV - CJUR em processos judiciais, que podem ser revertidos em favor do reclamante ou devolvidos para a DATAPREV no caso de decisão desfavorável de mérito do pedido do reclamante. Em relação aos depósitos judiciais de natureza fiscal os valores podem ser revertidos para a DATAPREV em caso de sucesso da defesa apresentada.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

O valor dos ativos imobilizados, em base histórica, de acordo com o CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16), está composto da seguinte forma:

Descrição	Taxa anual de Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos	-	30	30
Edifícios	4%	58.669	58.669
Instalações	10%	287.651	286.723
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	15.506	15.513
Benfeitorias em propriedades de acionistas	4%	54.060	54.060
Obras em andamento	-	9.903	9.903
Móveis e equipamentos diversos	10%	16.910	16.421
Equip. de microfilmagem	10%	5	5
Equip. tecnologia, informação e comunicação	20%	477.697	455.282
Imobilização em andamento	-	10.541	31.674
Total do custo corrigido		930.972	928.279
Depreciações acumuladas		(678.881)	(651.178)
Total do imobilizado líquido		252.091	277.101

As aquisições montaram em R$ 2.569 no período findo em 30 de junho de 2021 e R$ 38.004 no exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Resumo das Aquisições do Imobilizado	30/06/2021	31/12/2020
Modernização tecnológica	1.252	33.850
Reforma de instalações	834	4.035
Aquisição de móveis e equipamentos diversos	483	119
	2.569	38.004

Segue a movimentação do imobilizado líquido no período:

CPL
fls 201

Descrição	Saldo inicial em 31/12/2020	Aquisições	Depreciação	Baixas e Transferências	Saldo Final em 30/06/2021
Terrenos	30	-	-	-	30
Edifícios	28.441	-	(1.025)	-	27.416
Instalações	112.499	834	(11.275)	95	102.153
Benfeitorias em propriedade de terceiros	119	-	(20)	(31)	68
Benfeitorias em propriedade de acionistas	41.538	-	(1.081)	-	40.457
Obras em andamento	9.903	-	-	-	9.903
Móveis e equipamentos diversos	3.857	483	(517)	5	3.828
Equipamento técnico de info. e comunicação	49.040	1.252	(13.759)	21.162	57.695
Imobilizado em andamento	31.674	-	-	(21.133)	10.541
Total do Imobilizado	277.101	2.569	(27.677)	98	252.091

O total de depreciações do imobilizado R$ 27.677 e amortizações do intangível (Nota 15) R$ 18.052 somam R$ 45.729 em 30 de junho de 2021.

A depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos. Os critérios de reconhecimento das quotas de depreciação do imobilizado estão de acordo com o estabelecido pela Receita Federal do Brasil – RFB no art. 320 do Decreto n° 9.580, de 22 de novembro de 2018.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

O intangível, conforme CPC 04 – Intangível (IAS 38), está composto da seguinte forma:

Descrição	Taxa anual de Amortização	30/06/2021	31/12/2020
Software	20%	470.830	470.479
Total do custo		470.830	470.479
Amortizações acumuladas		(385.776)	(367.723)
Total do intangível líquido		85.054	102.756

Os ativos intangíveis com vida útil definida representada por direitos de utilização de *software* são amortizados a taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazos de licenças. A Empresa não tem ativos intangíveis de vida útil indefinida.

Os investimentos realizados no intangível no período findo em 30 de junho de 2021 montaram em R$ 350 e R$ 21.776 no exercício de 2020.

Segue movimentação do intangível realizada no exercício:

CPL
fls. 202

Descrição	Saldo inicial em 31/12/2020	Aquisições	Amortização	Baixas e Transferências	Saldo final em 30/06/2021
Software	102.756	350	(18.052)	-	85.054
Total do Intangível	102.756	350	(18.052)	-	85.054

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos. Os critérios de reconhecimento das quotas de amortização do intangível estão de acordo com o estabelecido pela Receita Federal do Brasil – RFB no art. 333 do Decreto n° 9.580, de 22 de novembro de 2018.

NOTA 16 – FORNECEDORES

A DATAPREV não apresenta registros de títulos protestados, nem reclamações de fornecedores por falta de pagamentos. Os saldos desta rubrica são conciliados com o setor de Contas a Pagar.

NOTA 17 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A DATAPREV, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), adota o procedimento de classificar as causas contra a Empresa em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função de evento passado da seguinte forma:

- Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como provável, são constituídas provisões e suas informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas, quando relevantes;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas, quando relevantes; e
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em notas explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

17.1) Provisão para Contingências Trabalhistas

A provisão para contingências trabalhistas foi constituída em valor considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, quanto à probabilidade de êxito nas diversas demandas judiciais. Os montantes provisionados para contingências trabalhistas, onde há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e estão apresentados como segue:

CPL
fls 203

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Passivo Circulante	114.584	120.792
	114.584	120.792

Composição do saldo em 30/06/2021:

Provisões Litígios Trabalhistas - Circulante					
Saldo Anterior	**Reversões**	**Pagamentos**	**Transferências Não Circulante**	**Provisões Correntes**	**Saldo Atual**
120.792	(2.338)	(9.730)	-	5.860	114.584

Nos processos trabalhistas discutem-se principalmente a incorporação do adicional de atividade, reintegração, verbas rescisórias, horas-extras, promoção por antiguidade, indenização por suposto dano moral, admissão no concurso público, reajuste da GEAP (plano de saúde), conforme principais processos descritos abaixo cujos riscos foram classificados como de perda provável:

- Sindicato de Processamento de Dados do Rio de Janeiro- Pasta S-324

  A controvérsia principal do processo nº 0009100-52.2004.5.01.0012, cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 39.439, reside no questionamento quanto às promoções por mérito e antiguidade concedidas a partir de 2003, em virtude do Plano de Cargos e Salários de 2000. O processo encontra-se em fase de execução, pendente de manifestação das partes, após mais de 11 meses em carga com o perito do juízo.

- Ex-empregado- Pasta C-427

  A controvérsia principal do processo nº 0000028-47.2013.5.01.0005, cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 4.664, reside no questionamento quanto a sua dispensa em 2012, onde pleiteia a nulidade do ato demissional, sua reintegração e diferenças de verbas resilitórias.

  O processo encontra-se em fase de execução provisória. Observa-se que o processo está suspenso, aguardando o julgamento pelo STF decidir sobre a possibilidade ou não de dispensa imotivada de empregado de empresa pública e sociedade de economia mista admitido por concurso público.

- Ação coletiva - diversos empregados- Pasta A-552

  A controvérsia principal do processo nº 0000532-87.2012.5.01.0005, cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 3.733, reside no questionamento da dispensa ocorrida em 27 de setembro de 2011 de 5 anistiados. Pleiteiam sua readmissão e danos morais. A ação foi julgada procedente, contudo, pendente o julgamento do Agravo Interno interposto pela DATAPREV.

CPL
fls 204

A DATAPREV é parte em outros processos cujos riscos foram classificados como de perda possível pela sua Consultoria Jurídica e nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores de estimativas atribuídos àqueles processos trabalhistas em 30 de junho de 2021 perfazem o total de R$ 213.977, conforme principais processos descritos abaixo:

- GEAP Autogestão em Saúde- Pasta G-263

  A controvérsia principal do processo nº 1018837-42.2019.4.01.3400, cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 70.663, reside na alegação da GEAP de que a DATAPREV deixou de aplicar os reajustes estipulados nas tabelas de custeio aprovadas pelo Conselho de Administração, o que gerou um desequilíbrio econômico nos planos de saúde por ela administrados e disponibilizados aos empregados da DATAPREV. O processo encontra-se pendente de réplica, não havendo sentença, por ora.

- Sindicato de Processamento de Dados do Rio de Janeiro- Pasta S-561

  A controvérsia principal do processo nº 0001667-34.2012.5.01.000, cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 8.900, reside no questionamento quanto as progressões salariais por antiguidade, a partir do Plano de Cargos e Salários de 2008. O processo encontra-se em fase de perícia, não havendo decisão de mérito até a presente data.

- Sindicato de Processamento de Dados do Rio de Janeiro- Pasta S-773

  A controvérsia principal do processo nº 0100891-75.2019.5.01.0045, cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 3.689, reside no questionamento do Sindicato autor, que pleiteia a suspensão dos efeitos do 4º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão nº 001/2015, firmado entre DATAPREV e Geap, que ensejou o reajuste de 62,5% no custeio dos empregados do plano de saúde disponibilizado pela DATAPREV. O processo está pendente de julgamento.

17.2) Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis

A DATAPREV atualizou, em 30 de junho de 2021, o valor provisionado para contingências fiscais e cíveis, passando este para R$ 1.607 (2020 = R$ 26.630), julgado suficiente para cobrir prováveis perdas decorrentes de autos de infração e litígios cíveis, que estão sendo discutidos em esferas administrativas e judiciais, junto a diversos órgãos, consubstanciada na opinião da CJUR - Consultoria Jurídica da DATAPREV e estão apresentados como segue:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Contingências Fiscais	1.430	4.038
Contingências Cíveis	177	22.592
	1.607	26.630

CPL
fls 205

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por suposto dano moral e material, licitações, reajuste da GEAP (plano de saúde), admissão no concurso público, conforme principais processos descritos abaixo cujos riscos foram classificados como de perda provável:

- Empresa Sistemas Abertos S/A- Pasta S-249

  O processo nº 0001569-67.2000.4.02.5101 findou com a execução financeira no valor de R$ 22.421, realizada em maio de 2021, que tratava do questionamento quanto ao pagamento total dos serviços de manutenção e suporte técnico realizados de abril a dezembro de 1999, decorrentes do contrato de licença de uso de *software* firmado entre as partes, em razão do inadimplemento parcial na prestação do serviço.

A DATAPREV é parte em outros processos cujos riscos foram classificados como de perda possível, baseada na opinião de sua Consultoria Jurídica, nenhuma provisão foi constituída para tais processos. Os valores de estimativas atribuídos àqueles processos cíveis em 30 de junho de 2021 perfazem o total de R$ 140.674, conforme principais processos descritos abaixo:

- Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática - IBDI - Pasta CIVE.019368/2021

  A controvérsia principal do processo nº 0801077-29.2021.4.05.8300 cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 105.970, reside no pedido de indenização por dano moral/social coletivo em decorrência de incidente em base de dados controlada e operada pelo INSS e Dataprev.

- Empresa Banco Pan S/A - Pasta B-057

  A controvérsia principal do processo nº 10394-90.2017.4.01.3400 cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 16.773, reside no pedido de pagamento de indenização por não ter participado do sistema de empréstimo consignado.

- Empresa Banco Bonsucesso - Pasta B-068

  A controvérsia principal do processo nº 1004286-57.2019.4.01.3400 cujo valor envolvido em 30 de junho de 2021 é de R$ 9.688, reside no pedido de pagamento de indenização por não ter participado do sistema de empréstimo consignado.

NOTA 18 – PLANO DE SAÚDE PÓS-EMPREGO

Em adequação ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, a DATAPREV realizou provisão de obrigação de pagamentos de benefícios pós-emprego com custeio de plano de saúde para empregados que, após o desligamento contratual, obtiveram o direito do ressarcimento do benefício decorrente de decisão judicial, conforme processos nº 0001230-91.2011.5.01.0017/RJ e 0020429-91.2020.5.04.0020- SINDPPD/RS.

CPL
fls 206

A DATAPREV contratou empresa de consultoria atuarial especializada a fim de mensurar o valor do passivo atuarial a ser registrado e, de acordo com o parecer, o valor da provisão total montou em R$ 14.684. Em 30 de junho de 2021 o valor do passivo referente ao custeio do plano de saúde pós-emprego montava em R$ 14.434, sendo R$ 718 no passivo circulante e R$ 13.716 no passivo não circulante.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido está composto da seguinte forma:

19.1) Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado em 30 de junho de 2021, é de R$ 950.000, sendo 51% pertencentes à União Federal e 49% ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

ACIONISTAS	TOTAL DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO	AÇÕES NOMINAIS
UNIÃO	950.000.000	51%	484.500.000
INSS		49%	465.500.000
TOTAL	950.000.000	100%	950.000.000

19.2) Saldos do Patrimônio Líquido

Os saldos do Patrimônio Líquido podem ser apresentados como se segue:

Patrimônio Líquido	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	950.000	950.000
Reservas de Lucros	478.647	478.647
Resultado do Exercício	165.322	-
	1.593.969	1.428.647

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e inciso I, do artigo 70, do Estatuto Social. A Empresa poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, conforme artigo §1º do art. 193 da lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. O saldo da reserva em 30 de junho de 2021 montou em R$ 97.349.

CPL
fls 207

A Reserva de Retenção de Lucros destina-se a suportar os investimentos de R$ 144.739 em 2021, previstos no orçamento de capital aprovado no Programa de Dispêndios Globais (PDG) através do Decreto n° 10.560, de 03 de dezembro de 2020. O saldo da reserva em 30 de junho de 2021 montou em R$ 381.298.

NOTA 20 – RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A DATAPREV como Empresa de serviços de tecnologia tem receitas de contratos com clientes oriundas dos serviços de processamento de dados, desenvolvimento de *software* e suporte técnico, considerando principalmente as características dos serviços prestados para entes públicos e para instituições financeiras.

A determinação dos preços das transações deriva de metodologias e políticas internas para clientes públicos aos quais são aplicados indexadores oficiais aos contratos iniciais firmados em base de preço de mercado. Quanto aos clientes privados aplicam-se preços correntes praticados no mercado. As receitas de serviços prestados são reconhecidas quando o controle é transferido, o que geralmente ocorre após o aceite do serviço prestado ao cliente.

Os faturamentos são realizados para recebimentos em prazo curto, não havendo assim componentes de financiamento no preço faturado.

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita de Processamento de Dados	441.601	403.560
Receita de Desenvolvimento de Sistemas	3.062	454
Receita de Suporte Técnico	0	335
Total	444.663	404.349
Impostos incidentes	(81.680)	(74.498)
Receita Líquida	362.983	329.851

NOTA 21 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da DATAPREV é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas por meio da prestação de serviços com a execução das operações lastreadas em contratos.

No segundo trimestre de 2021 a DATAPREV apurou lucro líquido de R$ 77.483 (R$ 42.277 em 2020), conforme segue:

CPL
fls 208

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Receita Operacional Bruta	444.662	404.349
Receita Operacional Líquida	362.983	329.851
Custos dos Serviços Prestados	(197.152)	(212.216)
Lucro Bruto	165.832	117.635
Despesas Operacionais	(52.832)	(65.625)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(11.357)	(447)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	101.643	51.563
Resultado Financeiro	14.029	11.806
Lucro Líquido Antes da Contribuição Social	115.672	63.369
Contribuição Social Corrente e Diferida	(10.363)	(5.686)
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda	105.309	57.683
Imposto de Renda Corrente e Diferido	(27.826)	(15.406)
Lucro Líquido do Exercício	77.483	42.277

21.1) Custos e Despesas por Natureza

Os custos e despesas do segundo trimestre de 2021 estão apresentados como segue:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração, Encargos Sociais e Benefícios	(164.711)	(181.269)
Serviços de Terceiros	(32.014)	(33.613)
Gastos c/ Viagens e Refeições	(9)	(118)
Depreciação e Amortização	(22.213)	(24.667)
Manutenção de Máquinas, Equipamentos	(29.995)	(37.025)
Materiais Utilizados na Prest. Serviços	(85)	(175)
Impostos, Taxas e Contribuições	(176)	(349)
Outros Gastos Operacionais	(21)	(41)
Multa sobre Tributos	(6)	(6)
PASEP s/ Outras Receitas Operacionais	(104)	(81)
COFINS s/ Outras Receitas Operacionais	(640)	(500)
Baixa de Valores Não Recebíveis	(29)	(610)
Baixa de Valores Irrecuperáveis	-	(52)
Provisões para Litígios Trabalhistas	(4.505)	(4.614)
Provisão para Riscos Fiscais	(40)	(26)
Provisão para Litígios Civeis	(95)	(31)
Honorários da Diretoria	(758)	(585)
Provisão para Perdas Estimadas (PECLD)	-	(698)
Provisão para Passivo Atuarial	(14.684)	-
Outros Ajustes	(75)	(133)
	(270.161)	(284.593)
Na Demonstração do Resultado		
Custos dos Serviços Prestados	(197.152)	(212.216)
Despesas Operacionais	(52.832)	(65.625)
Outras Despesas Operacionais	(20.178)	(6.752)
	(270.161)	(284.593)

21.2) Resultado Financeiro

O resultado financeiro do segundo trimestre de 2021 está apresentado como segue:

CPL
fls. 209

Descrição	2021	2020
Receitas Financeiras	15.992	12.493
Rendimento de Aplicações Financeiras	7.393	9.965
Encargos s/ Faturas recebidas com atraso	6.478	1.822
Multas Contratuais	859	29
Atualização Monetária de Tributos	169	202
Descontos Obtidos	491	459
Variações Monetárias Ativas	530	-
Outros	72	17
Despesas Financeiras	(1.963)	(687)
Variações Monetárias Passivas	(1.960)	(491)
Juros Passivos	-	(112)
Outros	(3)	(84)
	-	-
Resultado Financeiro	14.029	11.806

A variação positiva no resultado financeiro, principalmente na receita com encargos sobre faturas em atraso, se justifica pelo aumento do índice IPCA que é o indexador utilizado para cálculo da atualização monetária da grande maioria dos contratos em atraso de clientes.

21.3) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras Receitas Operacionais	**8.821**	**6.305**
Reversão de Provisões	3.841	536
Recuperações Diversas	68	77
Crédito do PASEP NF Aquisição	817	885
Crédito da COFINS NF Aquisição	3.762	4.074
Crédito do PASEP s/ Depreciação	60	91
Crédito da COFINS s/ Depreciação	274	413
Aluguéis	-	229
Outras Despesas Operacionais	**(20.178)**	**(6.752)**
Provisões para Plano de Saúde Pós Emprego	(14.684)	-
Provisões para Litígios Trabalhistas	(4.505)	(4.614)
Provisões para Litígios Cíveis	(95)	(31)
Provisões para Riscos Fiscais	(40)	(26)
PASEP s/ Outras Receitas Operacionais	(104)	(81)
COFINS s/ Outras Receitas Operacionais	(640)	(500)
Multas sobre Tributos	(6)	(6)
Baixa de Valores Não Recebíveis	(29)	(610)
Baixa de Valores Irrecuperáveis	-	(52)
Outros Ajustes	(75)	(133)
Provisões para Perdas Estimadas (PECLD)	-	(698)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	**(11.357)**	**(447)**

Este grupo apresentou variação considerável em comparação ao segundo trimestre de 2020 em função de conjunto de fatores que dentre eles destacamos:

- Reversões de processos trabalhistas devido às revisões processuais realizadas com base na N/FI/020/00;
- Reconhecimento de provisão com Plano de Saúde Pós-Emprego (Nota 18)

CPL
fls 210

21.4) Lucro Líquido

O lucro líquido alcançado no segundo trimestre foi de R$ 77.483, superior em 83,3% quando comparado ao registrado no segundo trimestre de 2020 (R$ 42.277). O crescimento do lucro decorre do crescimento do faturamento em 9,97% e pela queda dos custos e despesas na ordem de 5,07%, influenciado principalmente pela redução de gastos com pessoal resultante do Programa de Adequação de Quadro (PAQ) ocorrida em 2020 e da redução de gastos com viagens e de gastos estruturais derivados da implementação do teletrabalho provisório.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A DATAPREV é controlada pela União que detém 51% das ações da Empresa e o outro acionista é o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS que detém 49% das ações e, com o qual realiza cerca de 33% do total de suas operações.

As transações com partes relacionadas, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24), são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que seriam praticadas no mercado, se realizadas entre partes não relacionadas. Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos patrimoniais e de resultado dos exercícios de 2021 e 2020:

	2021			2020		
Descrição	**ATIVO**	**PASSIVO**	**RESULTADO**	**ATIVO**	**PASSIVO**	**RESULTADO**
Receitas por prestação de serviços			**458.371**			**359.887**
INSS			276.533			138.710
União			181.838			221.177
Contas a receber por prestação de serviços	**175.355**			**207.715**		
INSS	91.238			121.786		
União	84.117			85.929		
Encargos s/faturas em atraso	**317.600**			**304.090**		
INSS	226.589			216.657		
União	91.011			87.433		
Dividendos a pagar					**188.884**	
INSS					96.331	
União					92.553	
Ressarcimento gastos DELEPREV	**12.918**			**12.450**		
INSS	12.918			12.450		
Ressarcimento gerenciadores de fila Q-Matic	**19.180**			**18.485**		
INSS	19.180			18.485		
Contas a receber por convênio	**225**			**227**		
INSS	225			227		

União: Ministério da Economia, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Superintendência Nacional Previdência Complementar, Ministério do Planejamento e Gestão e Presidência da República.

CPL
fls 211

22.1) Contratos de Imóveis – SERPRO e SPU

LOCAL	PARTE RELACIONADA	ÁREA OCUPADA (M2)	UTILIZAÇÃO	CONTRATO
DF	SPU	2.651	Datacenter	Comodato
		1.636	Estacionamento	
		6.407	Área Administrativa	

O resultado está afetado positivamente pelos contratos não onerosos de comodatos celebrados com partes relacionadas. Em 2020 foi encerrada grande parte dos contratos de cessão e comodato de imóveis com partes relacionadas devido ao encerramento das atividades administrativas de 20 filiais.

O espaço utilizado na unidade do SERPRO no Estado do Paraná pela DATAPREV em acordo de cooperação será encerrado após a destinação dos bens alocados para funcionamento da área administrativa da Empresa antes do encerramento das atividades naquele Estado.

O imóvel onde está instalada a matriz da Empresa é propriedade da Secretaria de Patrimônio da União - SPU e a DATAPREV pleiteou junto ao órgão a doação ou cessão de uso gratuita do imóvel em função do serviço prestado pela Empresa ser caracterizado como serviços públicos, porém o pedido foi indeferido e no intuito de tentar dar uma solução para a situação existente, levanta-se a viabilidade do órgão patrimonial analisar a possibilidade de realização de uma inscrição de ocupação da área em benefício da DATAPREV que irá gerar pagamento anual à União em função desta ocupação.

22.2) Remuneração aos Dirigentes e Empregados

A maior e a menor remuneração pagas aos dirigentes e empregados, bem como o salário médio no mês de junho de 2021 e dezembro de 2020, consoante o que determina a letra "e" do art. 1º da Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, editada pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, foram:

	Dirigentes		Empregados	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Maior - R$	36.412	36.306	37.063	34.587
Menor - R$	34.372	34.125	3.330	3.097
Salário médio - R$	35.392	34.899	7.624	7.140

Para apuração dos valores da maior e da menor remuneração dos empregados, foram computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, procedimento idêntico ao adotado em 2020. Para apuração dos valores da maior e da menor remuneração dos diretores foi considerada a opção de cada dirigente, prevista na Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTPS nº 245, de 21 de dezembro de 2015.

Para obtenção do salário médio dos empregados, foi utilizada a média ponderada, ou seja, levou-se em conta a quantidade de empregados posicionados em cada nível da tabela salarial.

CPL
fls 212

Os órgãos colegiados do Conselho de Administração e Conselho Fiscal possuem membros que atuam na Administração Federal que são considerados partes relacionadas. Porém, a Empresa ressalta que não há diferença remuneratória para estes membros e os outros membros não pertencentes à Administração Federal. O Comitê de Auditoria Estatutário é composto somente por membros independentes. As remunerações totais dos membros são apresentadas, em reais, a seguir:

	2021					2020				
	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA	TOTAL	DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	COMITÊ DE AUDITORIA	TOTAL
Salário										
Parcela Fixa	460.434	84.546	23.058	11.529	**579.568**	389.693	57.741	26.946	26.946	**501.326**
Parcela Variável	53.827	-	-	-	**53.827**	41.813	-	-	-	**41.813**
Encargos										
13º salário	119.434	-	-	-	**119.434**	31.175	-	-	-	**31.175**
FGTS	59.006	-	-	-	**59.006**	39.423	-	-	-	**39.423**
Benefícios										
Previdência Complementar	28.009	2.075	692	-	**30.776**	23.734	693	1.386	-	**25.813**
Outros Benefícios	18.802	-	-	-	**18.802**	22.615	-	-	-	**22.615**
Remuneração Total	739.512	86.621	23.750	11.529	**861.412**	548.453	58.434	28.332	26.946	**662.165**
Número de Membros	5	6	3	3	**17**	4	6	3	2	**15**

22.3) Sociedade de Previdência Complementar da DATAPREV – PREVDATA

É considerada como parte relacionada a entidade que é um plano de previdência cujos beneficiários são os empregados da entidade que reporta a informação e do próprio plano de benefício (CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas). Desta forma, a PREVDATA, Entidade Fechada de Previdência Complementar, é considerada parte relacionada, uma vez que a DATAPREV figura como Patrocinadora Principal. Os recursos aplicados são investidos de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Economia, pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e conforme Estatuto, aprovado em outubro de 2002.

22.4) Transação com Entidades Governamentais – FINAME

No primeiro semestre foi encerrado o financiamento realizado no exercício de 2016 onde a DATAPREV firmou contrato de crédito FINAME (Financiamento de máquinas e equipamentos do BNDES), cujo investimento possibilitou adquirir 225 servidores de arquitetura X86.

22.5) Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS

Em março de 2017 a DATAPREV celebrou contrato com a Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, para o fornecimento de serviços de comunicação de dados, objetivando a interligação de endereços de interesse da DATAPREV, situados em todo território nacional pelo período de 60 (sessenta) meses.

CPL
fls 213

NOTA 23 – PROGRAMA DE PRIVACIDADE

O Programa de Privacidade (LGPD) criado em 2020 visava preparar a Empresa para a entrada em vigor da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, de 14 de agosto de 2018. Dentre seus resultados é importante mencionar a implantação e o aperfeiçoamento das políticas, normas e processos relativos à privacidade e à proteção dos dados pessoais. A Norma de Segurança de Dados e Privacidade também buscou inserir a privacidade e proteção aos dados pessoais no desenho dos serviços e produtos da DATAPREV, além de incentivar a cultura de privacidade na Empresa.

O foco central do Programa é baseado na gestão de riscos e, para tanto, foi elaborado em conjunto com as áreas o Plano de Tratamento de Risco (PTR), que visava avaliar a conformidade dos processos e fluxos que tratam dados pessoais na Empresa monitorando assim, não apenas a conformidade legal, como também mitigando os riscos altos à privacidade.

Todo o processo de adequação ao marco legal representa um importante passo para conferir à DATAPREV a confiança necessária para a transformação digital dos serviços públicos brasileiros. A LGPD trouxe para Empresa a oportunidade de aperfeiçoamento das políticas de governança de dados.

Internamente, em que pese a área responsável pelo orçamento Empresarial, foram adotadas todas as medidas acordadas, tendo sido atingido 100% de tratamento de riscos altos à privacidade. O processo de adequação gerou oportunidades de melhorias e não trouxe grandes impactos para o dia a dia da área, exceto pela reflexão acerca da necessidade de coleta de dados pessoais em excesso em atividades do dia a dia. Também vislumbra-se um aperfeiçoamento contínuo necessário, uma vez que, quanto maior o entendimento dos conceitos que a lei abrange, maior se observa ser a missão da DATAPREV e, em decorrência, de todo seu corpo funcional.

NOTA 24 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no Pressuposto de Continuidade Operacional e conforme CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS1). A Administração da Empresa considerou a capacidade da DATAPREV em continuar em operação, e levando em consideração toda a informação disponível sobre o futuro. Do ponto de vista legal, a contratação com seu principal cliente é dispensada de licitação, com fulcro no inciso XVI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1973, que trata da prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionados com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

CPL
fls 214

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E RELATÓRIO SOBRE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com o artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria Executiva da DATAPREV declara que:

-reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da DATAPREV do período findo em 30 de junho de 2021.

GUSTAVO HENRIQUE RIGODANZO CANUTO
Presidente

ALAN DO NASCIMENTO SANTOS
Diretor de Relacionamento e Negócio - DRN

GILMAR SOUZA DE QUEIROZ
Diretor de Desenvolvimento e Serviço - DDS

GILMAR SOUZA DE QUEIROZ
Diretor de Tecnologia e Operações - DIT

BRUNO BURGOS SEVERIANO
Diretor de Administração e Pessoas - DAP

ISABEL LUIZA RAFAEL MACHADO DOS SANTOS
Diretora de Governança Corporativa e Jurídica - DGJ

IRINILSON ANTONIO DE ALMEIDA JUNIOR
Gerente de Departamento Gestão Contábil
CONTADOR CRC/RJ – 108.591/O-3

BANCO DO BRASIL
Corporate Banking

CPL
fls. 215

DECLARAÇÃO DOMICÍLIO BANCÁRIO

Declaramos para os devidos fins que a EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA-DATAPREV CNPJ 42.422.253/0001-01 é cliente desta instituição financeira desde 23/12/2005, com a **conta corrente 5321-X ativa na agência 3307-3**.

Por ser expressão da verdade, e para que se produza os devidos efeitos legais, firmamos a presente.

São Paulo (SP), 09 de março de 2022.

BANCO DO BRASIL S.A

ESCRITORIO DE ATENDIMENTO ATACADO CORP E LARGE

Assinado eletronicamente por:
F2836741 - ELIZABETH SATTOMURA NASCIMENTO - 09/03/2022 às 14:02
Código Validação: 10616039032219L
https://www49.bb.com.br/assinatura-digital/#/17,506276,1,

Russell Bedford
taking you further

CPL
fls 216

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV

Relatório do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Referente ao 3º trimestre de 2021.

Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

CPL
fls 217

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTE AO 3º TRIMESTRE DE 2021.

Aos
Administradores e aos Acionistas da
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV ("Companhia")**, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

CPL
fls 218

Conclusão

Com base na nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leva a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4), aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

Os valores contidos nas demonstrações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 12 de março de 2021, e não conteve ressalvas.

São Paulo, 10 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.03.25 14:10:15 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

DATAPREV

EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de R$)

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021, COMPARATIVO COM 2020

		Reserva de Lucros			
	Capital Social Realizado	**Reserva Legal**	**Reserva de Retenção de Lucros**	**Lucros Prejuízos Acumulados**	**Total**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**950.000**	**84.094**	**318.337**	**-**	**1.352.431**
Lucro Líquido do Exercício				265.101	265.101
Apropriações do lucro líquido em reservas		13.255	62.961	(76.216)	
Juros Sobre Capital Próprio				(65.903)	(65.903)
Dividendos Propostos				(122.982)	(122.982)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**950.000**	**97.349**	**381.298**	**-**	**1.428.647**
Lucro Líquido do Exercício				165.322	165.322
Apropriações do lucro líquido em reservas					
Juros Sobre Capital Próprio					
Dividendos Propostos					
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	**950.000**	**97.349**	**381.298**	**165.322**	**1.593.969**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

CPL
fls 219